



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
BIBLIOTECA SETORIAL DO CAHL

**PONTÃO DA MORTANDADE:
VIVÊNCIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS.**

Cachoeira/BA – BRASIL

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
PATRIMÔNIO CULTURAL (PPGAP)

GILCE SAMPAIO

**PONTÃO DA MORTANDADE:
VIVÊNCIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS.**

Texto apresentado para a Defesa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito final e orbitário para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Concentração: Patrimônio cultural

Linha 3: Patrimônio cultural e identidades

Orientador: Wilson Rogério Penteado Júnior

Cachoeira, BA, Brasil.

2023

Sa471p Sampaio, Gilce.

Pontão da Mortandade: vivências, identidades e memórias. / Gilce Sampaio. Cachoeira, BA, 2023.
85f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior
Coorientadora: Profa. Profª Drª Renata Pitombo Cidreira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, 2023.

1. Rio Grande do Sul (RS) – Região Celeiro – História. 2. Memória – Aspectos sociais. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 981.65

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

GILCE SAMPAIO

PONTÃO DA MORTANDADE: VIVÊNCIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS.

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 24 de novembro de 2023.

EXAMINADORES:

Documento assinado digitalmente
gov.br WILSON ROGÉRIO PENTEADO JUNIOR
Data: 29/11/2023 18:06:48-0100
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Junior (UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Ivo dos Santos Canabarro (UNIJUÍ – Examinador)

Documento assinado digitalmente
gov.br JUREMA MACHADO DE ANDRADE SOUZA
Data: 03/12/2023 11:38:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB – Examinadora)

CACHOEIRA/BA
2023

RESUMO

Pontão da Mortandade é um lugar, como muitos outros, onde há segredos, acordos e disputas silenciosas. Seu nome é carregado de histórias e significados envolvendo povos originários e imigrantes europeus na Região Celeiro, na fronteira entre Brasil e Argentina e entre dois Estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A língua é um dos fatores importantes que marca atualmente as relações sociais e suas classificações identitárias na referida região. Nesse lugar, é comum ouvir além de vários sotaques do português, pessoas se comunicando em espanhol, castelhano, kaingang ou alemão. Com a retomada recente de memórias marcadas por um evento histórico que aconteceu em 1834, esta pesquisa objetiva retratar e problematizar tal cenário. Para tanto, recorreu-se à técnica da observação participante, bem como realização de entrevistas com pessoas de diferentes pertencimentos étnicos, além de pesquisa bibliográfica.

Palavra-chave: Fronteiras, Narrativas de memória, Região Celeiro-RS.

RESUMEN

Punta de la Mortandad es un lugar, como muchos otros, donde hay secretos, acuerdos y disputas silenciosas. Su nombre está lleno de historias y significados que involucran a pueblos originarios e inmigrantes europeos de la Región del Granero, en la frontera entre Brasil y Argentina y entre dos estados brasileños: Rio Grande do Sul y Santa Catarina. El idioma es uno de los factores importantes que marca actualmente las relaciones sociales y sus clasificaciones identitarias en esa región. En este lugar es común escuchar, además de diversos acentos portugueses, personas comunicándose en español, castellano, kaingang o alemán. Con la reciente reanudación de memorias marcadas por un hecho histórico ocurrido en 1834, esta investigación tiene como objetivo retratar y problematizar ese escenario. Para ello se utilizó la técnica de la observación participante, así como entrevistas a personas de diferentes Orígenes étnicos, además de investigación bibliográfica.

Palabra clave: Fronteras, narrativas de la memoria, Región del Granero.

ABSTRACT

Pontão da Mortandade is place, like many others, where there are secrets, agreements and silent disputes. Its name is full of stories and meanings involving original people and European immigrants in the Celeiro Region, on the border between Brazil and Argentina and between two Brazilian states: Rio Grande do Sul and Santa Catarina. Language is one of the important factors that currently marks social relations and their identity classifications in that region. In this place, it is common to hear, in addition to various Portuguese accents, people communicating in Spanish, Castilian, Kaingang or German. With the recent resumption of memories marked by a historical event that happened in 1834, this research aims to portray and problematize this scenario. To this end, the technique of participant observation was used, as well as interviews with people of different ethnic backgrounds, in addition to bibliographical research.

Keys-words: Borders, memory narratives, Celeiro Region-RS-Brazil.

Sumário

DEDICATÓRIA	9
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - <i>Vivências de fronteira e faxinal: separados por fronteiras, conectados pela mesma faixa</i>	15
CAPÍTULO II – <i>Identidade e Estranhamento</i>	33
II – I Deus, trabalho e família	51
II – II A história cíclica	57
CAPÍTULO III - <i>O que diz o silêncio?</i>	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	82

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa as minhas filhas: Anita e Amanda. Aproveito para pedir desculpas pela ausência durante os dois anos dedicados à academia. A menor que tão pequena teve que muitas vezes se virar sozinha, porque a mamãe estava estudando, lendo ou pesquisando. Para a filha mais velha, ainda ficou a sobrecarga das tarefas que eu não conseguia realizar por conta deste terceiro turno de trabalho, já que além dos meus dois empregos fora de casa tinham mais o mestrado.

Agradeço ao meu marido Adriano, a minha mãe Celanira e a Dona Jurema. Assim como a toda minha rede de apoio que me ajudou ao longo desta jornada. Gratidão pela confiança de cada um que aceitou ser entrevistado, expor seu nome e/ou imagem, e; as pessoas de todas as etnias que me procuraram trazendo dados e informações.

Destino este trabalho também ao meu falecido pai Gilberto, exemplo de honra, afetuosidade e solidariedade, mesmo tendo uma educação muito rígida e conservadora. Ao citá-lo aproveito para fazer referência à todos os descendentes de imigrantes europeus que através da minha escuta e escrita tem suas vozes registradas aqui.

Ainda não teria conseguido sem o apoio das colegas: Brisa, Maiza, Indira e Milena, que quando eu estava bem desorientada e quase desistindo de tudo, ajuram-me a reencontrar meu caminho e a encontrar soluções.

Este também é o fim de um ciclo, é a devolução, a oferenda que faço humilde e respeitosamente aos meus antepassados: o registro escrito da nossa história, das nossas memórias, vivências e o que pensam sobre nós, povos originários. Agradeço a doçura e a leveza da vó Sebastiana, que curava tudo com seus chás e orações, em sua casa simples junto à *Reserva* urbana, cheia de frutas, folhagens, ervas e flores, aprendi a valorizar a natureza.

Depois de quase dois séculos de silenciamentos ao mesmo tempo em que eu entrego o resultado deste trabalho com o mesmo significado, para mim, de uma urna guarani com a minha vida e a vida dos meus antepassados

dentro, eu espero instigar futuras pesquisas e debates antropológicos e arqueológicos sobre o território que vivemos, a Região Celeiro do Rio Grande do Sul.

“Estrada velha” (Uma amostra do que sobrou do Faxinal)
Atual Pontão da Mortandade



Foto tirada pela autora (Gilce Sampaio) em 20 de novembro de 2022

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a Região Celeiro – noroeste do Rio Grande do Sul - com foco nas relações étnico-raciais, mostrando quais são grupos humanos que ocupam o local e como na história colonial disputaram este mesmo espaço.

A urgência em retratar a versão decolonial dessa história, que carrega forte significado com a ancestralidade dos povos originários, tem como motivo restar apenas uma palavra para o apagamento total de uma história: Mortandade.

Talvez porque ela vale muito à pena ou porque ela não tem valor nenhum. Isso depende de quem vê, ou melhor, do segmento étnico-racial.

Ou ainda de moral, ética, humanidade, empatia. Algo muda quando sabemos que foram mais de seis mil histórias interrompidas há quase duzentos anos, em 1834? Foi a curiosidade da sua palavra que não a apagou ou importância factual? São tantas perguntas. Que trazem respostas cheias de verdades relativas.

Em uma longa pesquisa qualitativa, que se aprofundou neste mestrado na área de antropologia, apoiada no método etnográfico de um lugar de fronteira unido por um pacto colonial no sul do Brasil, o Capítulo *I: VIVÊNCIAS DE FRONTEIRA E FAXINAL: Separados por fronteiras, conectados pela mesma faixa*, descreve o cenário de estudo e as vivências gerais locais, com o objetivo de deslocar quem está lendo para dentro da Região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul, ao ver como as pessoas convivem entre si, perceber como que tal forma de vida foi arquitetonicamente planejada ao longo do tempo, ora com lugares estrategicamente divididos, ora compartilhados, sempre para beneficiar certos segmentos étnico-raciais.

Após a descrição e delimitação da área pesquisada, são apresentados os sujeitos da pesquisa: No Capítulo *II: IDENTIDADE E ESTRANHAMENTO*, a intenção foi identificar os grupos étnico-raciais mais presentes na região hoje e quais tiveram destaque na história. Por isso, neste capítulo, na condição de

pesquisadora e moradora da região eu não deixo de narrar sobre mim e minhas experiências. Neste capítulo, fica nítido como é comum, por aqui, ao cumprimentar-se imediatamente revelar a qual etnia se pertence. Busquei apontar para as relações de poder ali existentes, considerando momentos de estranhamento e transformação na comunidade e em mim.

O presente trabalho contou com apoio de muitas pessoas que colaboraram, seja em entrevista, seja fornecendo dados, seja trazendo livros ou outras fontes, mas também com momentos de tensão e de muitas negativas. Resistência de representantes de órgãos oficiais e pessoas desconfiadas com a finalidade da investigação. Ao contrário de Bronislaw Malinowski e outros antropólogos reconhecidos, eu faço parte da comunidade que pesquiso. Talvez para um ilustre desconhecido poderia ser mais fácil conseguir certos documentos, ou de se enganar, ou de não ter nenhuma relação política com segmentos que disputam a memória local. Por outro lado, pertencer ao local e ter uma vivência nele, me permite enquanto pesquisadora acessar determinadas informações e estabelecer certas relações entre fatos e experiências que não seria possível se fosse eu uma de fora.

A produção de dados para a pesquisa etnográfica contou com aproximadamente trinta horas de observação/visitação em casas de descendentes de imigrantes divididas em no máximo duas horas ininterruptas com cada entrevistado(a), em finais de semana, noites e feriados ao longo de dois anos. Também foi dispendido parte desse tempo em visitas em casas da Reserva Indígena da Guarita ou com suas lideranças, a partir de meados de 2021 até julho de 2023. Algumas (quando permitidas, conforme o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia) entrevistas foram gravadas, outras somente anotadas no caderno de campo. Entrevistas semiestruturadas, que começavam com a pergunta: *Como você se identifica?* Depois que o(a) entrevistado(a) já estava à vontade, e que havia falado bastante sobre si e sobre os seus, a pergunta era sobre os outros segmentos étnicos da região. Separadas em dois subcapítulos. O primeiro: *II – I Deus, trabalho e família*, traz fragmentos de entrevistas concedidas por descendentes de imigrantes; O segundo: *II – II A história cíclica*, possui recortes de entrevistas concedidas por representantes dos povos originários, kaingang e guarani. Que ao se

identificarem demonstraram ser parte de um todo maior que se movimenta ciclicamente.

No entanto, o estranhamento, aquela sensação de desconforto consigo mesma e com o seu meio, retratada pela sociologia e pela antropologia aconteceu bem antes de tudo isso, através de uma pesquisa histórica que para fins de contexto necessita ser explicada aqui. Já que foram os seus dados que provocaram a inquietude constante que levaram a esta pesquisa.

A Mortandade e sua história são os condutores do valor simbólico e, por sua relevância ficaram para o final, ou seja, serão cuidadosamente explicados no último capítulo. Sua memória é objeto de disputa entre segmentos sociais e étnico-raciais diferentes, os que mais predominam atualmente são kaingang e alemães. Mas, para saber o que foi a Mortandade, primeiro é necessário entender o lugar atual, e porque alguns grupos étnicos querem esquece-la enquanto outros querem lembra-la.

Ao longo de toda a dissertação são dadas pistas que instigam sobre os eventos históricos que compõem o cenário desta pesquisa.

O *Capítulo III: O que diz o Silêncio?* Busca trazer versão que não corresponde àquela valorizada oficialmente, por anos, pela História. A partir de fragmentos da história oficial, conforme citações, e mesclas da visão indígena, passadas de geração em geração através da oralidade, busca-se problematizar o passado da Região, aprofundando fatos históricos silenciados, como o esquecimento que esta foi uma terra de faxinal, aquilo que não pode ser abertamente dito pode estar repleto de significados.

Como pressuposto teórico-metodológico, sirvo-me nesta pesquisa da inspiração etnográfica.

Como sabemos, dentro do padrão de sua época a antropologia nasceu evolucionista, classificando seres humanos “do menor para o maior”, onde os europeus estariam no topo da evolução e povos nativos americanos ou povos nativos africanos estariam em escalas inferiores de desenvolvimento, sendo que “essas sociedades foram denominadas de “primitivas ou da eterna infância.” (SCHWARCZ, 2005, 121). Bronislaw Malinowski (MARCONI, 2010) apresentou com empatia uma sociedade bem diferente do ideal dos primeiros antropólogos evolucionistas. Em 1922 ele encantou leitores pelo mundo afora

com o seu livro *Argonautas do Pacífico Ocidental* e criou um novo método de pesquisa: a etnografia. Nesse sentido, busquei atentar aos:

“[...] fatos imponderáveis, porém importantíssimos, da vida real [por entender que] são parte integrante da essência da vida grupal, se nos lembrarmos de que neles estão entrelaçados os numerosos fios que vinculam [vários aspectos da vida social]. Os vínculos mais cristalizados dos agrupamentos sociais não são todavia sentidos tão intensamente pelo indivíduo que os tem de pôr em prática..” (MALINOWSKI, 1978, p. 30).

A escolha pela forma de desenvolvimento e de como se portar nesta pesquisa que tem por objetivo retratar e problematizar o cenário da Região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul é fortemente influenciada justamente por ela: pela etnografia.

“Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”. (GEERTZ, 15, 1989).

Descrição densa seria a forma mais completa de descrição de um estudo etnográfico. Para tanto é necessário humildade e persistência, já que:

“O que o etnógrafo enfrenta de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro aprender e depois apresentar.” (GEERTZ, 20, 1989).

Um diferencial na pesquisa em antropologia são os impactos que ela causa no próprio pesquisador. Por algumas vezes durante a realização dessa pesquisa sobre as relações sociais e étnico-raciais da Região Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul, suas descobertas ou novos dados me impactaram profundamente e por, tal razão, entendo que não há como retirar minha presença da narrativa etnográfica que aqui empreendo.

Como técnicas auxiliares no processo de construção etnográfica, foram usados diários de campo, jornais e revistas online e escritos, bibliografia histórica oficial, artigos científicos, dissertações de mestrado, roteiro de entrevista semiestruturada e observação participante.

CAPÍTULO I

VIVÊNCIAS DE FRONTEIRA E FAXINAL: *SEPARADOS POR FRONTEIRAS, CONECTADOS PELA MESMA FAIXA.*

Existe um lugar em que o que une pode ser o mesmo que separa: Na ponta do Estado mais ao sul do Brasil, Rio Grande do Sul, temos duas formas bem distintas de fronteiras: A primeira, criada pelo Tratado de Madri, fronteira com a Argentina, tratado que, de certa forma, até hoje não é cumprido, já que, cultural e socialmente, o sul do Brasil, o nordeste da Argentina, o sul do Paraguai e o Uruguai guardam *recuerdos* que fazem com que permaneçam semelhantes e unidos. Como o idioma que mistura guarani, espanhol e português: o castelhano.

Enquanto o idioma se mistura, palavras novas são criadas, indígenas dançam bandinha (música folclórica alemã), crianças loiras de olhos azuis penduram em seu quarto um filtro dos sonhos (elemento da cultura indígena).



Foto: Simoni Helter/UNISC. Foto tirada durante celebração realizada na Reserva Indígena da Guarita em abril de 2022.

O filtro dos sonhos surgiu entre o povo Ojibwe, no atual Estados Unidos. *Dream Catchers* é produzido atualmente não só por quase todos os povos originários que ocupam a América do Norte, mas amplamente no Brasil. É um objeto de linha, taquara e penas, inicialmente usado às camas e berços, tinha a intenção de filtrar sonhos, ajudar a dormir bem, “afastar maus espíritos do quarto”. Atualmente pessoas usam como proteção sua ou de seus bens, inclusive de seus carros. Aqui, na Região Celeiro, um descendente de imigrante europeu decidiu comprar um elemento “místico” da mão de um indígena, por mais que pareça modismo, leva-lo para a sua casa e escolher um lugar específico para pendurar, ou colocar no seu carro, é algo repleto de significados.

O Balaio feito pelos povos originários é um cesto de diferentes tamanhos, extremamente útil para como recipiente para diferentes produtos por permitir a transmissão de ar e ser resistente. O povo guarani usa pouco ou nenhuma tinta em seus balaios vendidos em nossa região. É um elemento tão significativo que é cantado por eles em suas cantigas e em uma canção gaúcha reconhecida como tradicionalista de nome *Balaio*. Este termo: Balaio, também é usado de forma pejorativa contra indígenas.

Música Balaio (Sem autor definido, cantada e dançada nos CTG¹s):

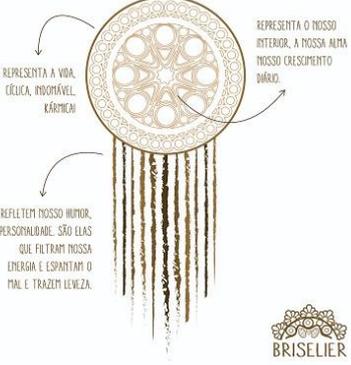
*Eu queria ser balaio
Balaio eu queria sê
Para andar de pendurado
Na cintura de você
Eu queria ser balaio
Na colheita da mandioca
Para andar de pendurado
Na cintura das chinocas
Mandei fazer um balaio
Pra guardar meu algodão
Balaio saiu pequeno
Não quero balaio não
Balaio, meu bem, balaio
Sinhá
Balaio do coração
Moça que não tem balaio
Sinhá
Bota a costura no chão*

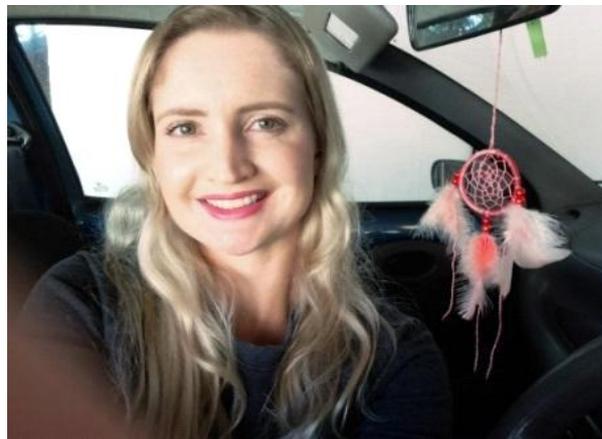
¹ CTG: Centro de Tradições Gaúchas. Cada Município do Rio Grande do Sul possui ao menos um CTG, é costume local, os pais colocarem seus filhos desde pequenos em grupos de dança e cultura desses centros.

Na infância, na escola, em Campo Novo, as crianças cantavam pra mim:

“Gilce Sampaio caiu no balaio, cadê o balaio da nega Sampaio?!”

Adultos descendentes de alemães usam balaio guaranis em seus trabalhos e filtros dos sonhos kaingangs para proteção de seus patrimônios, como automóveis.

Balaio	Filtro dos Sonhos
	 <p>REPRESENTA A VIDA, CÉLICA, INVOLÁVEL, KÁRMICH.</p> <p>REFLETEM NOSSO HUMOR, PERSONALIDADE, SÃO ELAS QUE FILTRAM NOSSA ENERGIA E ESPANTAM O MAL E TRAZEM LEVEZA.</p> <p>REPRESENTA O NOSSO INTERIOR, A NOSSA ALMA, NOSSO CRESCIMENTO ÍMICO.</p> <p>BRISÉLIER</p>
<p>https://www.fibrageria.com/peca.asp?ID=8888198</p>	<p>https://briselier.com/o-que-e-e-para-o-que-serve-um-filtro-dos-sonhos</p>



Fotos: Aline Schwan. Ela e seu pai, entrevistados locais, com autorização para exposição nesta dissertação, maio de 2023.

Entretanto, os encontros e desencontros acontecem de forma sutil ou na maneira de definir territórios. “Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas”. (MARTINS, 1997, p. 182).

Partimos do ponto que este é um lugar de fronteira, muito mais do que uma linha física que separa geograficamente limites políticos, países e estados. Fronteira aqui são também as cicatrizes causadas por tratados e conflitos.

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 163).

Em meio a tantas fronteiras físicas que pulsam cheias de vida em uma terra vermelha como as veias humanas, circulam mercadorias, principalmente grãos. Mas circulam mais que isso, circulam pessoas com cores, identidades e memórias bem diferentes e talvez esse seja o maior patrimônio regional.

Campo Novo, município localizado na Região Celeiro-RS tem como Lema oficial ser “O coração da Região Celeiro”, e o Pontão da Mortandade, pertencente a esse município, fica localizado exatamente no meio da Região Celeiro-RS, e isso não é um acaso: Ele está no meio do que foi um “Faxinal”. Gerado por um evento que aconteceu em 1834, que como apresentarei, mais completamente, no terceiro capítulo, reorganizou a distribuição humana ao seu redor.

Bem mais recente, outro evento, em 2002 despertou um ressoar na comunidade:

Como acontece desde a redemocratização do país até a atualidade, as sessões da Câmara de Vereadores de Campo Novo são realizadas uma única vez por semana, nas segundas-feiras à noite. Mas aquela não seria uma sessão rotineira, conforme relatam os mais de 30 entrevistados ao longo de toda a pesquisa. A maioria dos residentes locais não imaginavam que o vereador Luiz Amilcon Solano, pertencente ao então Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, faria o pedido para mudar o nome da localidade rural Pontão da Mortandade para Pontão da Alegria ou Pontão do Progresso, onde ele e outros produtores de grãos do Município tinham terras, exceto algumas pessoas mais próximas a ele, como seu pai, esposa e alguns

dos grandes proprietários do Pontão da Mortandade que já sabiam dos planos do citado vereador..

Luiz Amilcon Solano foi eleito três vezes consecutivas como vereador (1993-2004). Seu último período de atuação parlamentar coincidiu com o de seu irmão Cláudio Solano, vereador entre 2001 e 2004 no Município de Campo Novo.

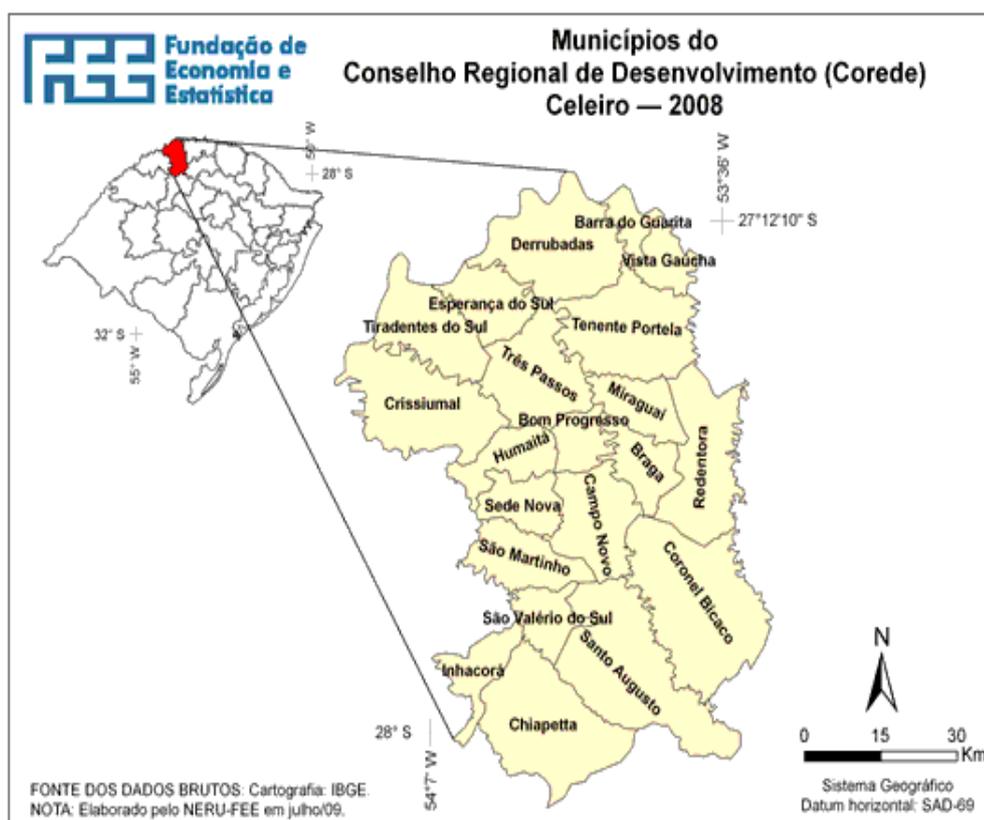
A Região Celeiro, conhecida por ser a região que mais produz grãos no Estado, é dividida pela Reserva Indígena da Guarita, que ocupa 23 mil hectares de terra e 12 pequenas cidades.. A menor delas, Bom Progresso, possui 2 (dois) mil habitantes, e a maior, Três Passos, tem cerca de 24 mil habitantes.

1- Mapa da América do Sul, mostrando o Estado do Rio Grande do Sul em vermelho:



FONTE: http://www.proguaiba.rs.gov.br/mapas/images/ASBRRS_JPG.gif

2 - Mapa da Região Ceileiro do Rio Grande do Sul:



Temos a Reserva Indígena, demarcada em 1848, com seu território abrangendo a partir do Município de Tenente Portela, costeada pelas cidades de Miraguaí, Coronel Bicaco, Braga até Redentora, Município este que abriga a maior parte da Reserva. Essas comunidades que dividem a Reserva das demais apresentam uma marcada diversidade étnica, proveniente do encontro entre imigrantes europeus e povos originários.

Os descendentes de imigrantes europeus dominam amplamente em número os Municípios de São Martinho, Sede Nova, Humaitá, Crissiumal e Três Passos.

3 - Mapa da Reserva Indígena da Guarita:



Fonte: <https://www.clicportela.com.br/noticia/1670/grupo-liderado-por-vilmar-sales-prope-separao-da-terra-indigena-do-guarita>

O município de Campo Novo, por sua vez, está na “*border line*”, entre o território das duas etnias predominantes, fica exatamente no meio, no centro da Região Celeiro. No meio da faixa, que como uma trincheira, há muito tempo conteve separados nativos de imigrantes.

Esse é um fato que é pouco lembrado: que Redentora, Coronel Bicaco, Braga, Campo Novo e Bom Progresso são um território de faxinal. Por isso, não à toa é a linha de borda, a fronteira que separa segmentos étnicos diferentes.

Diferente do que aconteceu em outras partes do Rio Grande do Sul e do Paraná (ALMEIDA, 2009), onde os habitantes locais reivindicam e se reconhecem como comunidades de faxinais, isso por aqui foi esquecido. Poucas pessoas sabem ou lembram disso. Talvez porque:

“O faxinal, enquanto categoria jurídica, é construído em oposição à propriedade privada, em expansão com o desenvolvimento da agricultura do Estado. A aproximação do compásculo ao faxinal decorre dos seguintes critérios acionados: forma peculiar de exploração da terra e dos recursos naturais que se “assemelham” ao regime “comunal”, e formas de “ajuda mútua”. (ALMEIDA, 2009, 22).

Entre os entrevistados com mais idade era comum a citação do Faxinal da Guarita, que foi esse caminho que dividiu territórios e que hoje abriga os

Municípios de Miraguai, Coronel Bicaco, Braga, Redentora, Campo Novo e Bom Progresso.

Saber que este foi um território de faxinal, um lugar de consenso entre proprietários e não proprietários, um território que durante muito tempo foi uma faixa que serviu de corredor para a passagem segura de imigrantes ou seus descendentes. Organizado, principalmente, por homens que receberam patente militar - como o Sr. Coronel Bicaco e Sr. Tenente Rodolfo Rospide - e o direito de propriedade sobre a terra podendo acolher agregados, nos ajuda a entender um pouco mais o que somos hoje.

De um lado de Campo Novo estão as cidades majoritariamente habitadas por descendentes de alemães e italianos, enquanto do outro lado, está a Reserva Indígena da Guarita, com guaranis, kaingang e um pequeno grupo de xoklengs. “Até o início do século XX, o Faxinal da Guarita era o caminho que saía de Palmeira das Missões, costeava a Reserva da Guarita e que separava povos nativos de imigrantes europeus e seus descendentes”. (OLIVEIRA, 1986, 16).

Pontão no vocabulário local refere-se a lugar, mas historicamente é chamado assim porque ficava na ponta, no fim, quase na fronteira com a Argentina, mais exatamente a 50 km dos *hermanos (La punta)*. O Pontão neste caso seria o fim da faixa, ou melhor, o final do Faxinal da Guarita que começava em Palmeira das Missões.

Neste cenário, algo que chama muita atenção é o Pontão da Mortandade e o significado do termo mortandade questionado pelo então vereador. Naquela noite fria de uma segunda-feira do ano de 2002 o silêncio havia sido rompido, um questionamento ficou pulsando na mente de muitas pessoas: O que foi apagado da memória coletiva, o que poderia ter sido esquecido? Ninguém parecia saber o porquê de tal nome macabro, só que Mortandade era uma referência a uma grande peleia (guerra/batalha) que aconteceu ali, em algum dia.

Nesse jogo de lembrar e esquecer, a única pista era Mortandade, o nome que estava sendo questionado no parlamento local. E a potência do ressoar da comunidade que havia despertado para um questionamento: Por que Pontão da Mortandade?

Pela primeira vez Amilcon Solano tinha o irmão como interlocutor no legislativo. Eles tinham concorrido por partidos diferentes, Amilcon pelo então PMDB, conforme mencionei, e Cláudio pelo Partido dos Trabalhadores-PT. Havia anos que não se falavam, em decorrência de desentendimentos familiares anteriores, mas naquela noite dividiram a tribuna em um debate que lembrava Maragatos e Chimangos, a “guerra civil” que na Primeira República dividiu o Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma forma ficou a comunidade local, dividida entre “alegria” e “mortandade”.

O vereador Cláudio Solano, do PT, foi extremamente contra a proposta de mudança de nome. O debate ultrapassou as fronteiras da Câmara de Vereadores e trouxe à tona questões sociais e culturais que haviam sido esquecidas ou estavam disfarçadas entre regras de convivência e que atingiam toda a Região Celeiro. Diferentes segmentos étnicos e sociais escolheram lados para defender.

Os irmãos que foram protagonistas desse despertar comunitário eram filhos de Arnaldo Solano, que adquiriu uma gleba de terras nos anos de 1940 no Pontão da Mortandade, uma localidade do Distrito de Campo Novo.

Um dos irmãos dizia levar ao legislativo o clamor da sua comunidade que se sentia constrangida em viver em um lugar com um nome macabro, triste, que lembra morte, e muita morte. Que no presente, somente “trabalhadores” e “pessoas de bem” fazem parte do Pontão e não merecem estar ligadas a algo negativo e ruim. Que o lugar é lindo, sendo a parte mais alta do Município, com campos de soja, milho e trigo, entrecortados por rios com águas cristalinas que vertem em abundância, como o Lajeado Chumbrega, que tem sua vertente naquela terra vermelha.

Em entrevista concedida no dia 13 de agosto de 2022, nas atuais terras da viúva do seu irmão Cláudio, no Pontão da Mortandade, conforme foto a seguir, Luiz Amilcon Solano confirmou que na época em que fez o pedido na Câmara não sabia qual peleia tinha dado origem ao *Nome do Local*, mas que hoje sabe. A última pergunta feita a ele foi esta:

Autora – Quando o senhor fez o pedido de troca do nome do Pontão da Mortandade o senhor não sabia o que era a tal Mortandade, nem o número de mortos, em 1834. Agora que o senhor sabe, isso muda alguma coisa? Se o

senhor soubesse naquela época, em 2002, tudo que sabe agora sobre o que aconteceu neste lugar teria feito o pedido para a troca de nome?

LAS² – O rumo da história nós não podemos mudar, né?! A história nós não podemos mudar, tem que continuar. Mas as palavras podem ser mudadas, né?! Eu trocaria sim!



Foto, conforme nota de rodapé, tirada por Elisandra Jung Solano.³

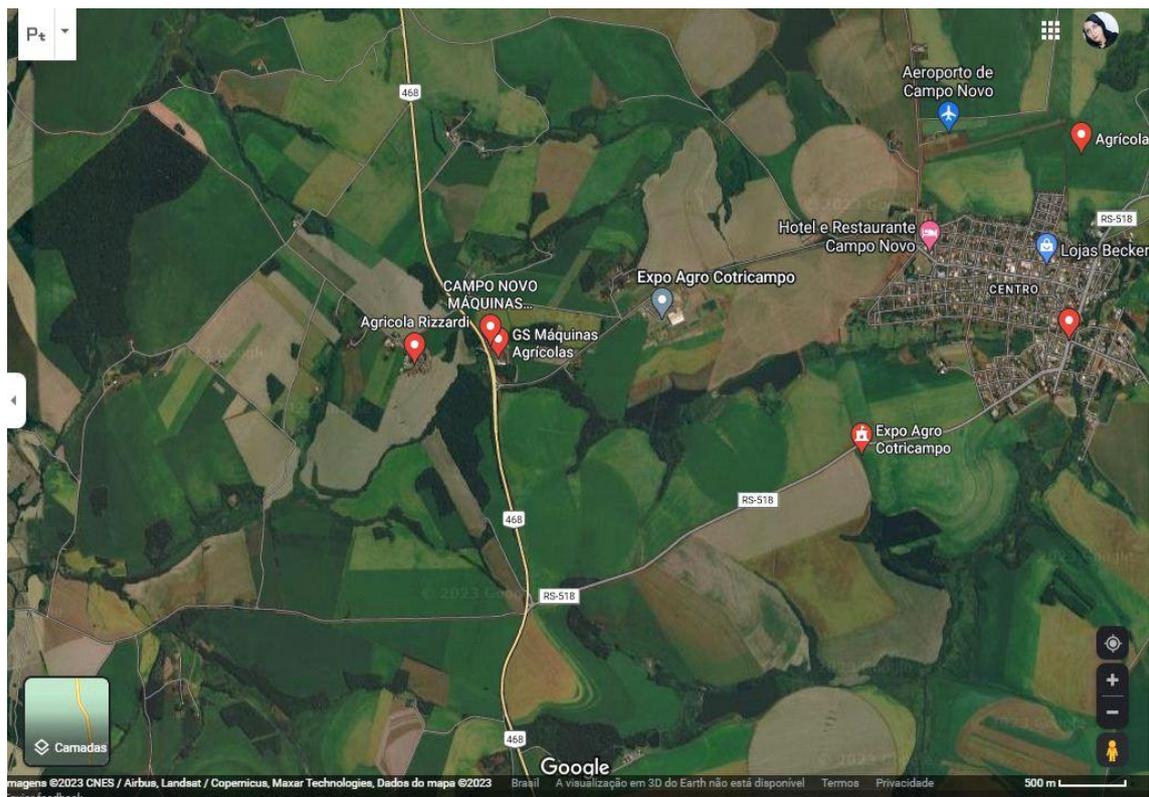
Na ocasião da proposta de mudança de nome do Pontão, em 2002, do lado do outro irmão estavam as lideranças indígenas da Região Celeiro, que dizem que o verdadeiro motivo dessas terras serem tão vermelhas, é porque carregam muito sangue nativo nelas, principalmente no Pontão da Mortandade, a terra mais vermelha e mais fértil desta microrregião.

Ao pedir ao *google* mapas, em abril deste ano, *Pontão da Mortandade, Campo Novo, RS*, apareceu a imagem a seguir, que propositalmente não sofreu modificação alguma. A foto de satélite mostra diferentes plantações, que podem estar separadas por pequenas vegetações que protegem nascentes, por divisas de proprietários ou, por escolha de produção. Importante observar

² LAS = Inicial de Luiz Amilcon Solano.

³ Neste registro fotográfico feito pela sua sobrinha Elisandra Jung Solano, no dia 13 de agosto de 2022, estamos Luiz Amilcon Solano e eu, na estrada encascalhada da atual propriedade de Rosane Jung Solano, viúva de Cláudio Solano, nos fundos, onde aparece mata nativa é a nascente do Lajeado Chumbrega.

que o único aglomerado urbano é toda a cidade de Campo Novo, que é menor em extensão que a área do Pontão; a filial da Bayer está ofuscada pela marcação da *GS Máquinas Agrícolas*; a noroeste da marcação *Agrícola Rizzardi* fica o **Salão Comunitário Alegria**; a tal “cidade de indígenas misturados” – kaingangs e guarani - onde há quase duzentos anos teria acontecido a Mortandade abrangeria o atual trevo de acesso a Campo Novo, na BR-468 entroncamento com a RS-528 na marcação *GS Máquinas Agrícolas*. No entanto, não há nenhuma ruína.



O progresso tecnológico fica explícito no campo experimental da COTRICAMPO – proeminente cooperativa de grãos do Rio Grande do Sul -, com pivôs de irrigação, drones e robôs. Assim como os aviões que passam veneno nos meses quentes de verão na maioria das terras do Pontão da Mortandade que pertencem basicamente a 6 (seis) famílias, três de origem alemã, duas de origem italiana e uma com sobrenome espanhol: Schulz, Werner, Knop, Rizzardi, Rebelato e Solano, respectivamente. Cláudio Solano, o ex-vereador, hoje falecido, era o terceiro maior proprietário de terras no Pontão; seu irmão Luiz Amilcon Solano depois do fracasso da mudança de

nome e de outros fatos, vendeu suas terras e foi embora para o Mato Grosso do Sul.

Ao longo do processo de tentativa de troca de nome, sob a sugestão do pai dos irmãos Solano, Arnaldo Solano, que também era seu principal conselheiro – conforme declarou em várias entrevistas – Luiz Amilcon Solano propôs a alteração do nome de Pontão da Mortandade para Pontão do Progresso, visto o inegável valor da terra vermelha farta na produção de grãos, laboratório e prática das mais recentes tecnologias do agronegócio. Os mais ricos, assim como a maior riqueza da região estava no Pontão, e para eles tinha muito mais significado *Progresso* do que *Mortandade*.

Mesmo assim, o projeto de troca de nome junto ao poder legislativo de Campo Novo acabou não se efetivando. A leitura sobre os fatos suscita várias versões e justificativas. Segundo o grupo que defendia a troca, um dos impasses se referiu ao trabalho burocrático que geraria, não só as contas de energia elétrica e de água teriam que conter o novo nome da localidade como toda a documentação de terras daquele lugar. De outro lado, para a oposição que resistia à mudança de nome, a principal questão se referiu à importância de se assegurar a memória do lugar, marcados por processos de violência que não poderiam passar por apagamentos. O próprio proponente, Luiz Amilcon Solano, declara ter desistido de oficializar sua proposta depois de perceber que perderia, posto que a maioria dos seus vizinhos era contra.

No entanto, em torno do ano de 2005, o nome do Salão de Festas do Pontão da Mortandade foi mudado para Salão Comunitário da Alegria. Este salão é ocupado e cuidado por outras comunidades além do Pontão, como a Comunidade do Rincão Reúno e a Comunidade Rincão dos Guarani, que circundam o Pontão da Mortandade.

Através do recurso metodológico comumente conhecido como “bola de neve” consegui estabelecer contato com todas as famílias moradoras e/ou proprietárias do Pontão da Mortandade. A família Schulz levou-nos a entrevistar a família Werner, e a família Solano nos conectou com a família Knop, e assim por diante. Toda vez que questionadas sobre a mudança de nome do Salão Comunitário local, elas não souberam detalhar exatamente como isso aconteceu. Muitas disseram ter se surpreendido com a mudança,

não se lembram de nenhum debate específico sobre o nome deste Salão e, que teria sido uma escolha dos dirigentes.

Alguns sócios relataram que mesmo surpresos nunca se incomodaram com a mudança de nome, por achar isso menos impactante que a mudança de nome da localidade, mas que ela aconteceu sim, logo depois da derrota no legislativo.

Os dirigentes do Salão Comunitário, que casualmente são os mesmos que queriam mudar o nome da localidade inicialmente para Pontão da Alegria, e, depois para Pontão do Progresso, mudaram o nome do Salão Comunitário do Pontão da Mortandade para Salão Comunitário da Alegria, mas negaram haver relação direta com a tentativa frustrada de mudança de nome da localidade. E que tal escolha teria sido por alegria se assemelhar muito mais com um ambiente para festejar como era o objetivo principal do Salão Comunitário.

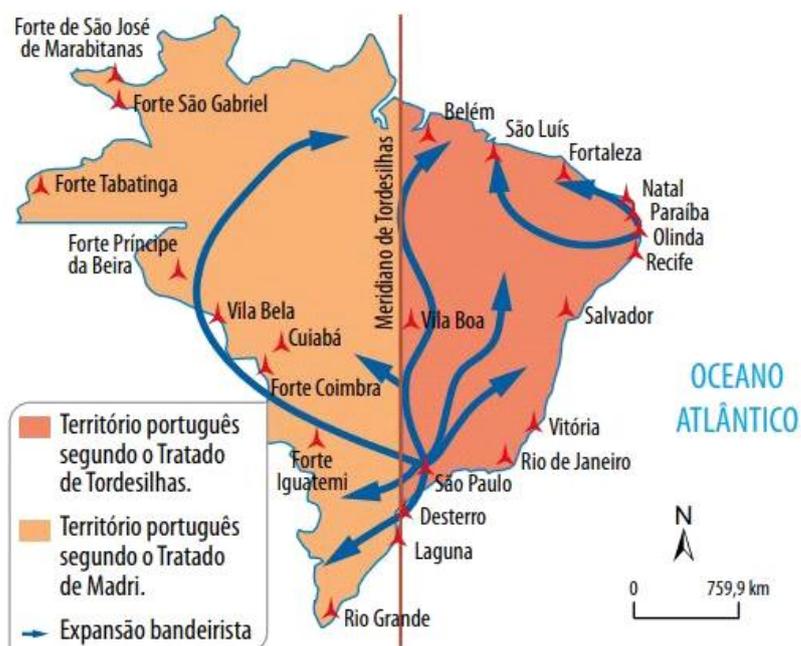
Ao entrevistar Luiz Amilcon Solano pessoalmente aproveitei para perguntar a ele sobre isso. Respondeu que a mudança de nome do Salão aconteceu em torno do ano de 2005, motivada pelo nome do time de futebol local: Alegria. Que esse time surgiu na década de 1980 e durou até a virada do milênio, com jogadores do Pontão da Mortandade.

Mais adiante, ao nos aprofundarmos na história do Pontão da Mortandade veremos que o Pontão era, antes da Mortandade (1834), uma cidade, uma aglomeração urbana com mais de seis mil “almas”, que recriava moldes das cidades jesuíticas guarani, mas que abrigava, através de acordos, guaranis, kaingang e indígenas misturados. Desse modo, o Rincão Guarani era local exclusivo para guaranis, enquanto, o Rincão Reúno era local exclusivo de kaingangs (BAGETTI, 2011). Um dos principais aspectos que devem ser observados é que no Pontão antes da mortandade viviam indígenas guarani e kaingang juntos.

O vereador Cláudio Solano, um dos principais opositores da alteração do nome do Pontão, como dissemos, era membro de vários movimentos sociais. Ele representava os indígenas da Reserva da Guarita e os não aldeados, os colonos com menos terras no Pontão da Mortandade sem deixar de ser um dos maiores proprietários daquele lugar.

O evento de pedido de troca de nome nos convida a olhar outras situações do cotidiano da Região Ceieiro e que demonstram interesses, valores, preconceitos, visões de mundo e pertencimentos diferentes que entrelaçam a história regional. Nesse sentido, a pesquisa antropológica ganha terreno, uma vez que busca aprofundar, desvendar situações de modo reflexivo.

Lançando uma lente sobre a história regional e falando sobre fronteira do Brasil, mesmo depois do Tratado de Madri, o lugar que escrevo agora ainda não aparece no mapa do Brasil:

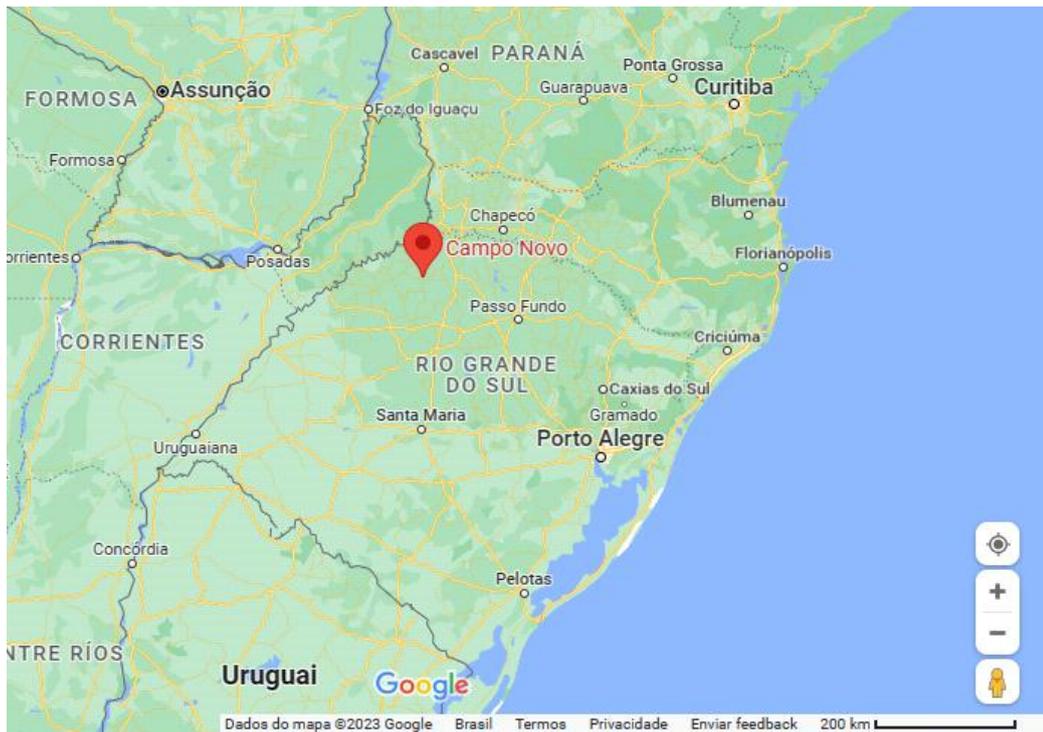


Aumento do território colonial brasileiro após o Tratado de Madri.

Fonte: <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/tratado-de-madri>

Somente no século XIX é que essa região deixa definitivamente de pertencer à Espanha e se torna um território do Brasil, depois da Guerra da Cisplatina, que foi uma disputa entre Brasil e Argentina por território e acabou dando origem ao Uruguai, em 1828.

Ao mesmo tempo o que mais se vê nesta imagem retirada do *google* mapas são muitas fronteiras:



Há fronteira entre quatro países: Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. E dois estados do Brasil: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Um dos maiores problemas é controlar o contrabando, ou como é chamado por aqui: o *chibo*. Algo tratado em um filme lançado em agosto do ano passado, conforme o link:



<https://www.youtube.com/watch?v=bTYn6MKgOg8>

O filme é um musical repleto de memórias reais com roteiro ficcional. E o que a cena escolhida para ser a propaganda do filme mostra é um homem adulto ao lado do seu filho pré-adolescente sentados nas escadarias que descem até o rio Uruguai, que separa o Brasil da Argentina. Tais escadarias são antigas e usadas há muito tempo pelos *chibeiros* para transportar mercadorias de um país para outro sem pagar impostos.

Nas entrevistas locais para esta pesquisa um dos entrevistados trouxe o tema do contrabando para a conversa. Para proteger a sua identidade ele será chamado aqui de Castelhana (por ser como chamamos quem vive e está na fronteira), mas na realidade é um senhor descendente de alemães, brasileiro, na faixa dos 50 anos de idade, proprietário de terras nos Municípios de Três Passos e Tiradentes do Sul, e que não tem o chibo como única profissão: *“Eu, e nenhum dos meus vizinhos somos bandidos! Ninguém aqui tá transportando arma, droga. A gente tá transportando comida, alimento! Não é livre comércio? Pra quem serve o Mercosul?!⁴”*

Respeitando a confiança e abertura do entrevistado, sem entrar no mérito da questão, há apreensões feitas pela Polícia Federal de mercadorias ilícitas além de descaminhos. E há quem comete até assassinato e atravessa alguma dessas fronteiras para não ser preso. Mas esta não é a regra. Não vivemos em uma região de fronteira que não exista lei ou que impere a impunidade. Mas, evidentemente, as pessoas atuam pelas brechas dos sistemas de controle. Da mesma forma que as águas ultrapassam fronteiras as pessoas também são difíceis de controlar. Ainda mais quando há ligações entre elas.

Apesar da proximidade, nem todos nós podemos ir abastecer nossos carros ou fazer o rancho (compras) na Argentina pagando a carta verde⁵ e atravessando romanticamente *la barca*. Depende muito da classe social de cada um, pois tem que pagar por dia a Carta Verde, pagar para atravessar a Balsa (ou *la Barca*), enquanto os *chibeiros* estes gastos não existem. Quiçá por isso seja tão bonito de ver tantos barquinhos passarem o dia e a noite

⁴ Entrevista realizada em 25 de 2022.

⁵ Carta Verde é o documento necessário para circular de carro pelos países do Mercosul.

atravessando o rio Uruguai, vão e voltam cheios, não só de mercadorias, mas de vivências.

Em visitas à Terra Indígena da Guarita percebi que há fronteiras dentro da Reserva Indígena, que são acordos pacíficos entre três povos diferentes: o kaingang, o guarani e xokleng. Ao ser perguntado sobre o que os une naquelas terras, um indígena guarani residente na T.I. da Guarita, na faixa dos 40 anos de idade me dizia: *“O motivo principal para estar juntos? É que somos todos filhos da mesma mãe, a mãe terra”. Ninguém quer ficar longe da mãe! Minha mãe é essa terra vermelha!”*

Os herdeiros dos colonos apesar de não verem a terra como um ente familiar, pensam ter a posse sobre ela, não deixam de valorizar a terra, à sua maneira. Imigrantes e seus descendentes dão valor ao seu *pagó*⁶, sendo acostumados com aquilo que é tradicional e comum somente aqui, como hábitos, alimentos, estilo de vida.

Não é em todo lugar que ao sintonizar uma estação de rádio, nos deparamos com a oscilação entre português e espanhol falados. Existe um desfile anual, a Festa da Colheita, onde tem mais gente desfilando que assistindo? Onde mais se pode *“lagartiar”* no sol enquanto comemos bergamota no frio do inverno? Esquentar os pés na portinha do fogão à lenha enquanto se assa pinhão ou batata doce na chapa? Tomar chimarrão⁷ o dia todo e em todos os dias da semana? Tomar um tererê⁸ bem gelado na prainha do cascalho nos dias quentes do verão? Em qual outro lugar, a bebida mais popular não pode ser comprada individualmente? Quente ou gelada, por aqui, a erva-mate sempre é tomada da maneira que os guaranis nos ensinaram: em roda, oferecida a quem pode fazer parte do círculo, ou seja, àqueles que se identificam com o grupo daquele que a preparou.

Desde o Tratado de Madri assinado entre Portugal e Espanha em 1750, criando a primeira grande fronteira que rachou como cratera vidas e histórias de pessoas que estavam há mais de XVII séculos comprovadamente aqui, diversos acordos e conflitos foram destinando espaços a determinados

⁶ Pago: é um termo usado para designar chão, terra, território, seu lugar.

⁷ Chimarrão: Bebida quente, tomada originalmente em porongo; feita com erva-mate (*ilex paraguariensis*), reconhecida pelos seus efeitos estimulantes como os do café.

⁸ Tererê: Bebida gelada, tomada originalmente em copos feitos de guampas de boi; feita com erva-mate (*ilex paraguariensis*), reconhecida pelos seus efeitos estimulantes como os do café.

segmentos, misturando hábitos e elementos culturais devido às convivências. “Por isso é que nossos velhos dizem: você não pode se esquecer de onde você é, nem de onde você veio”. (KRENAK, 1999, 116).

As vivências nos conquistam e nos marcam. Mas vivência é muito diferente de observação participante, que é quando uma experiência forte que sofremos entre os jogos de poder locais nos impacta ao ponto de questionarmos a forma como vivemos. Perceber que tudo isso não foi fruto do acaso, mas de políticas que começaram há séculos.

CAPÍTULO II
IDENTIDADE E ESTRANHAMENTO

Autora: - ***Dzień dobry!***

Tia polonesa: - *O quê? Uma professora falando errado?!*

Diante da minha vergonha, na porta de entrada do único supermercado da minha cidade, minha tia me explica onde foi que eu errei:

Tia polonesa: - *Menina! Olha onde está o sol agora - apontando para o pôr-do-sol – como é que tu vai me dizer bom dia? Agora é boa tarde!*
Fala: Boa tarde!

Autora: - ***Dobry wiecznia!***

Tia polonesa: - *Isso! Quase **dobry noties!** Espero que não estejas ensinando errado para as tuas filhas!*

Essa história real aconteceu comigo, no dia 03 de abril deste ano, na hora do *rush* local. Quando ao ver uma tia, que tenho muito afeto, que é de origem polonesa, tentei cumprimentá-la em polonês. A primeira língua do meu pai, um idioma normalmente falado entre seus familiares em suas casas em expressões espontâneas até hoje. Da mesma forma agem famílias italianas e as discretas famílias guaranis, em pleno século XXI.

Em uma proporção imensamente maior, sem constrangimento algum, famílias alemãs e kaingangas são vistas constantemente conversando em seu idioma original em diferentes locais da Região Celeiro. Muitas vezes, sem avisos, uma pessoa pode começar a falar em alemão com outra pessoa na praça que você está, na loja, na escola, no seu trabalho, sem se preocupar em incluí-lo na conversa.

Conforme a análise feita por Fredrik Barth, que publicou em 1969: Grupos étnicos e suas fronteiras, analisado por Philippe Poutignat e Jocelybe Streiff-Fenart no livro Teorias da Etnicidade segue Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth: “A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e

juízo. Logo, isso leva à aceitação de que os dois estão fundamentalmente “jogando o mesmo jogo”. (POUTIGNAT, 196, 1998).

A Identidade, por aqui, na Região Celeiro do Rio Grande do Sul, tem a ver com a delimitação das fronteiras e os limites que ela impõe. E, segundo este pensador, as fronteiras étnicas persistem e continuaram a existir, assim como os sistemas Interétnicos. Ou seja, a identidade não é igual a igualdade, não é tanto sobre aquilo que temos em comum, ou o que nos iguala, mas o que nos difere do outro, e é aí que aparecem os limites e as fronteiras.

“Desta perspectiva, o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão.” (POUTIGNAT, 195, 1998).

Este enredo é muito maior que um duelo. Possui uma riqueza de sons e cores, em um emaranhado de acordos e cicatrizes, de caminhos que levam a pontes e muros.

Nesse contexto, parece ser oportuno revelar um pouco sobre mim, enquanto pesquisadora nascida e pertencente à região, para que fique mais evidente o meu lugar, já que escrevo a partir das minhas observações e experiências. Arrisco-me aqui a despir-me mostrando momentos de ingenuidade que são úteis para revelar ao leitor as sinuosidades da pesquisa.

Eu nasci na Região Celeiro, em Campo Novo, mas na adolescência fui embora. Durante boa parte da minha vida pertenci a grupos sociais diferentes e distantes. Retornava ao meu grupo de origem somente para visitar a família e para eventos que eram importantes para meus pais. Com 34 anos de idade, em 2013 é que voltei a residir em Campo Novo.

O que contou a meu favor foi a escolha por uma nova profissão: professora. E, o prestígio dos meus pais, vistos pela comunidade como exemplo de honra e dignidade, apesar de economicamente pobres. Durante o trabalho de campo, nos lugares mais resistentes eu evoquei a memória do meu pai ou levei minha mãe junto como credenciais importantes e isto surtiu efeitos positivos, posto que a partir deles pude acessar diversas pessoas e famílias que colaboraram com esta pesquisa.

Ter me casado com um homem de origem alemã, natural do Pontão da Mortandade, também ajudou. Uma das minhas filhas, do meu atual casamento, é Schulz.

Em 2015, trabalhando na Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Sales, orientei uma pesquisa que revisitou memórias do Pontão da Mortandade e despertou na comunidade debates e o desejo de entender ou registrar sua história, conforme parte da reportagem a seguir:

[Pesquisa em Campo Novo mostra que morte de índios originou localidade Pontão da Mortandade](#)

Pesquisa feita por estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Sales, de Campo Novo, trouxe à tona o confronto ocorrido há 182 anos entre famílias indígenas e bandeirantes. A pesquisa foi apresentada durante o Encontro Interétnico, realizado nesta quarta-feira (27/04) no auditório da Escola e apresentado também para estudantes da Escola de Ensino Fundamental Campo Novo.

A pesquisa foi feita no ano passado (2015) pelas alunas do ensino médio Thamara Woll, Lara Masarro e Maria Mombach, sob a coordenação dos professores da área das Humanas, Gilce Sampaio e Joares Pires.

De acordo com a pesquisa, o local onde os indígenas foram mortos pelos bandeirantes, em 1834, é hoje chamado de Pontão da Mortandade. O cacique Fongue, que à época liderava os indígenas, teria sobrevivido à chacina, indo morar onde atualmente é a Terra Indígena do Guarita.

Informações:

Jornalista Cleuza Noal Brutt.

Pesquisado em 11/05/2022, às 10h58min, em:

<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhenoticia.php?id=24083#.Ynu6l1zMldU>

Junto com as estudantes, em 2015, entrevistamos e lemos muito. Em 2016, colhemos os louros da pesquisa, fomos convidadas a participar de várias

feiras de ciências e pesquisas do Rio Grande do Sul, como a MOSTRATEC⁹, do IFSUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense -, em Charqueadas. Ganhamos o Prêmio de Pesquisa Destaque do IFFARROUPILHA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - no Campus Santo Augusto. Considero importante fazer referência nesta dissertação de tal experiência para que fique nítido o caminho percorrido até aqui na pesquisa. Embora configurem problemáticas de pesquisa diferentes, tais experiências investigativas se relacionam por tratarem de uma mesma região e seus acontecimentos. Especificamente, no que se refere àquela pesquisa desenvolvida com estudantes em 2015, correspondeu a uma espécie de investigação sobre a história regional, e que não deixa de contribuir para o entendimento das atuais relações sociais da Região Ceileiro - RS.

No âmbito da pesquisa, entrevistamos o mais famoso intelectual da Região Ceileiro, Waldetar Dornelles. A entrevista estava sendo gravada e transmitida ao vivo pela rádio comunitária local, quando entre tantas perguntas e falas, ele cita alguém inesperado por todos em meio ao relato, fazendo referência ao acontecido de 1834 no Pontão:

WD¹⁰ - “(...) quem causou a morte daquelas mais de 6 mil pessoas foi o João Vicente de Souza!”

Autora: Quem? De quem o senhor está falando? João Vicente de Souza?! O fundador de Campo Novo e da Região Ceileiro?

WD – Fundador só se for pra ti! Um bandeirante! Caçador de índio!

Naquele momento ele me deixou muda. O meu estranhamento era tanto porque ele estava falando daquele que tanto eu ao longo da minha vida quanto a população local aprendemos a idolatrar, diretamente influenciados por discursos como o que se encontra ainda hoje na página oficial do Município de Campo Novo:

*“Conta a história que o primeiro a se estabelecer na região habitada por índios Caingangues foi **João Vicente de Souza, em 1834,***

⁹ MOSTRATEC: Mostra Internacional de Ciências e Tecnologia. Promovida anualmente pela Fundação Liberato em parceria com o IFSUL.

¹⁰ WD: Iniciais de Waldetar Dornelles.

acompanhado por um grupo de **desbravadores**. Dedicavam-se à exploração de erva-mate. Inicialmente foi distrito de Cruz Alta, mais tarde de Palmeira (Palmeira das Missões) e, finalmente, pertenceu à Três Passos. Sem desconsiderar a evolução natural do lugar, devem-se ressaltar os cidadãos que lutaram para que Campo Novo se tornasse independente. Já em 1945, houve uma manifestação que sinalizava a busca de liberdade. Em 1953, há registros de uma nova tentativa. Finalmente, em 1957 o movimento tomou corpo e foi vitorioso” (grifos nossos).

Pesquisado em 19/08/2022. , em:

<https://camponovo.atende.net/cidadao/pagina/historia>

Notemos que o termo bandeirante que identifica João Vicente de Souza o qualifica na narrativa oficial como um “desbravador”, espécie de fundador do lugar e responsável pela cultura da erva-mate. Tal narrativa idealizada nas instâncias oficiais e exaustivamente ouvida pelas pessoas locais desde a tenra infância dificulta ligá-lo à maior tragédia local.

Conforme demonstra José de Souza Martins (1997) é comum essa figura do desbravador, um imaginário que destaca a figura do pioneiro, assim como foi a marcha para o Oeste na ocupação do território norte-americano, o que este autor chamou de a *frente pioneira*.

A partir daquela experiência de pesquisa junto às minhas estudantes no colégio onde trabalhava, me vi envolvida em grande polêmica regional, pois a versão que contesta a figura heroica de João Vicente de Souza passava a afetar diretamente o discurso que se pretendia hegemônico na região.

Nossa pesquisa de 2015 consistiu em entrevistas, que nos traziam dados que buscávamos encontrar em autores consagrados, principalmente nos livros de história do Rio Grande do Sul, ou em outras formas de registros oficiais, como cartórios.

Há dois momentos impactantes na identificação histórica da população local que são a base desse estudo, seguindo a afirmação de Clifford Geertz, extraída da introdução do livro “Ilhas de História” de Marshall David Sahlins: “(...) para quem um evento é uma atualização única de um fenômeno geral.” (SAHLINS, 7, 1997?).

1. 1834- A mortandade que completou o nome do Pontão foi uma batalha que aconteceu em julho de 1834, matando em torno de 6 (seis) mil pessoas, que viviam no Pontão e, que pertenciam a dois povos indígenas: Guarani (sobreviventes da Guerra Guaranítica, ocorrida em 1756) e Kaingang. Possuíam acordos territoriais e econômicos: Locais separados: Rincão Guarani e Rincão Reúno. Entre os dois rincões havia uma cidade que teria semelhanças com as cidades das Reduções Jesuítico Indígenas.

2. 2002- A disputa pelo nome do lugar: **Pontão da Mortandade**, que lembrava os mortos, mantendo a sua memória; **Pontão da Alegria** que, foi adequado para **Pontão do Progresso**, que se conecta àqueles que tiveram sucesso econômico e transformaram a Região em um celeiro de ponta.

Aquela pesquisa de 2015 foi uma pesquisa sobre a história. Diferente desta, que estranha as atuais relações sociais e inter-raciais da Região Celeiro. Um território de fronteira, tenso, com acordos e segregações que busco entender.

Naquela pesquisa histórica, o relato mais fácil de comprovar, por ser o mais comum nos livros históricos é que esta comunidade que habitava o Pontão possuiu entre os anos de 1801 e 1834 o monopólio da produção e comércio da erva-mate no Rio Grande do Sul. O líder daquela comunidade que é o mais citado nos relatos e nos livros (BAGETTI, 2011; BINDÉ, 1983; PESAVENTO, 1982) é o cacique Fongue, que a comunidade de Campo Novo não sabia até 2015 que se tratava do mesmo Cacique que ajudou a fundar a Reserva Indígena da Guarita, em 1865, nem que a estátua na praça central da cidade de Tenente Portela, é uma homenagem a ele.

A ligação de Vicente de Souza foi uma novidade e até hoje possui resistência, mesmo existindo o Lajeado Chumbrega, que nasce no atual Pontão da Mortandade e, que (segundo relatos de moradores), teria esse nome porque este seria um apelido dado, pelos indígenas ao filho de João Vicente de Souza, cujo corpo caiu em sua nascente quando foi morto em 1832 pelo cacique Fongue durante a primeira tentativa de tomada do Pontão. Chumbrega, ou *Xubrega*, é um termo local, usado por indígenas e misturados, para definir quem é fraco, fresco, fácil de derrotar ou no caso específico, de matar.

A história e a antropologia são campos disciplinares que, como sabemos, interagem e contribuem mutuamente para a produção do conhecimento. Como Antonio Benatte tão bem explica:

“Em linhas gerais, a proposta da interdisciplinaridade história-antropologia resulta, na prática, numa pesquisa que estabelecesse possíveis “pontes” entre diferentes perspectivas de abordagem da vida social; resulta numa determinada concepção de história em que sobressai o conceito antropológico de cultura, com sua ênfase nos temas da vida cotidiana e das práticas ordinárias. A absorção do olhar antropológico reforça e permite uma visão de história capaz de evidenciar, entre o passado e o presente (a partir do qual necessariamente o historiador observa o passado), toda uma série de descontinuidades e diferenças. Além disso, a escala microscópica, no caso da micro-história, estimula a reflexão historiográfica para além dos macro-objetos tradicionais da historiografia moderna (o Estado, a Nação, a Revolução, as grandes épocas, os grandes processos, as grandes individualidades históricas). A incorporação do afetivo, do mental, do psíquico coletivo.” (BENATTE, 20, 2007).

Na pesquisa, entre o constrangimento da antítese e a magia da descoberta estavam minhas vivências como pessoa que evidentemente é fruto de um encontro inter-racial, em um lugar de segregação entre indígenas e brancos. Onde a política de branqueamento do Brasil deixou cicatrizes.

Em meio a uma zona de hostilidades e disputas estão, além de indígenas e de descendentes de imigrantes europeus, pessoas que não se definem – ou não são definidas – prontamente enquanto pertencentes a este ou àquele segmento étnico.

São aceitas em algumas situações em um ou outro grupo, excluídas em certos momentos em um ou outro segmento. Na zona de conflito étnico sempre haverá um teste, como uma senha para que se seja realmente digno de estar ali, necessitando revelar uma identidade para ultrapassar determinadas fronteiras. Para entrar na Reserva Indígena, por exemplo, é necessário ter autorização ou um convite. Uma das táticas para ser aceito entre descendentes de alemães é falar a sua língua. Mas não basta apenas perguntar: - *Alles ist gut?* Terás que responder à pergunta que vier em alemão, e com certeza, será um teste. Se tu passares, irão lhe perguntar: *“Tu és de origem? Sim, porque tem alemão preto”*. Para ser tratado quase como um igual, vai depender do quanto se mostrar identificado com tal segmento étnico-racial. E claro, do quanto isso realmente importar para seus interlocutores.

Em 2008 um filme demonstrou a vivência de uma pessoa australiana que não era branca, nem preta e, que eu e algumas pessoas próximas nos

identificamos naquela época. Austrália é um filme que mostrou as complicadas relações étnico-raciais daquele país durante a Segunda Guerra Mundial.



<http://vivendoavidabemfeliz.blogspot.com/2020/12/um-pouquinho-da-magia-do-cinema.html>

Mais recentemente, depois de um período de bloqueio na escrita, tive acesso a uma antropóloga com os mesmos problemas de identificação que eu:

“Los bloqueos (estados de Coatlícue) están relacionados con mi identidad cultural. Los dolorosos períodos de condusón que padezco apuntan a un processo creativo más amplio: câmbios culturales. El estrés de vivir con la ambigüedad cultural, por um lado, me compele a escribir y, por otro lado, me bloquea.” (ANZALDÚA, 1987, 130).

O livro que apresentou a teórica Glória Anzaldúa ao mundo foi *La Frontera*, uma tese em que ela inicialmente mostra como a mestiça costuma ser colocada nos limites, nas margens, nas fronteiras, muitas vezes a autora revela seus sentimentos em forma de poemas ou em contos da sua família materna chicana:

“Ella se acerca demasiado a la boca del abismo. Titubea em el borde, intentando mantener ele equilibrio mientras decide si tirarse o tratar de encontrar um camino más seguro para descender. Por eso es po lo que ella se obliga a vomitar – para posponer ele tener que saltar con los ojos vendados al abismo de su próprio ser (...)” (ANZALDÚA, 1987, 130).

Para fins desta pesquisa, é importante resgatar o capítulo 07 do Livro *La Frontera: La conciencia de la mestiza hacia una nueva conciencia*, que inicialmente comparou a mestiça à fronteira, em uma auto identificação, explicando a sua própria trajetória, com muita coragem, que uma pessoa com pessoas brancas e pretas em sua família, passa até entender-se como uma

mulher preta. Ela afagou a minha alma acadêmica no que diz respeito à minha identificação. Pela primeira vez me vi em um texto reconhecido e premiado pela academia ocidental.

“Como otras personas que poseen más de una cultura o viven en varias, crecibimos mensajes múltiples, a veces contradictorios.” [...] Pero no basta con quedarse en la ibera opuesta, fritando preguntas, cuestionando convenciones blancas, patriarcales. Una postura antafónica obliga a la persona a un duelo entre opresor y oprimido [...] Las posibilidades son numerosas.” (ANZALDÚA, 1987, 134-135).

Sem deixar de direcionar que muitas respostas estão na história: “*Ver a la Chicana de uma forma nueva a la luz de su historia.*” (Anzaldúa, 1987, 196).

Ela escreve com uma riqueza de detalhes e profundidade, fala do quando as fronteiras dividem e do quanto as pontes unem, concluindo que podemos ser uma ponte. E que esta é uma luta interna:

“La lucha es interna: los Chicanos, los índios. Los índios de Estados Unidos, los *mojados*, los mexicanos, los inmigrantes latinos, los anglos, negros y asiáticos de clase trabajadora – nuestra psique se parece a las ciudades de frontera y está poblada por las mismas gentes -, La lucha siempre há sido interior y tiene em los terrenos periféricos. La consciencia de nuestra situación debe llegar antes de que se produzcan cambios internos, que a su vez deben tener lugar antes de que haya cambios em la sociedad. Nada sucede em el mundo “real” a menos que suceda primeiro em la imagens dentro de nuestra mente.” (ANZALDÚA, 1987, 146).

Há experiências, vivências que somente aquelas pessoas que possuem traços indígenas ou qualquer produção de melanina viverá na Região Celeiro do Rio Grande do Sul. Há uma experiência que, principalmente o corpo branco não costuma viver: ser barrado pela sua cor. Na Região Celeiro do Rio Grande do Sul, ainda hoje, convivemos com menos pessoas com fortes traços negros que em outras regiões do Brasil, então os pretos da terra são os indígenas e quem se assemelhe a eles.

Por aqui, para quem tem aparência indígena, vive na sociedade branca fora da Reserva Indígena se depara cotidianamente com situações de constrangimento ou humilhação pela sua cor e/ou traços que lembrem que ele não é “de origem”, que ele é um “schwarz”, ou seja, aquilo que para um determinado grupo de descendente de europeus eles jamais serão: “pretos sujos”, “vagabundos”, “marginais”, “promíscuos”, “que oferecem perigo a sua cultura”.

A escolha fica entre fingir que não aconteceu, que não ouviu, que não está vendo, que não doeu, que era tudo uma brincadeira ou aprender a língua, termos e hábitos comuns àquele que o vê como “o outro” para ser aceito.

Esse aceite, essa adaptação de alguns não brancos, além de dar trabalho e não conseguir evitar constrangimentos, alimenta injustiças, e assegura lugares bem confortáveis para determinados segmentos sociais e raciais.

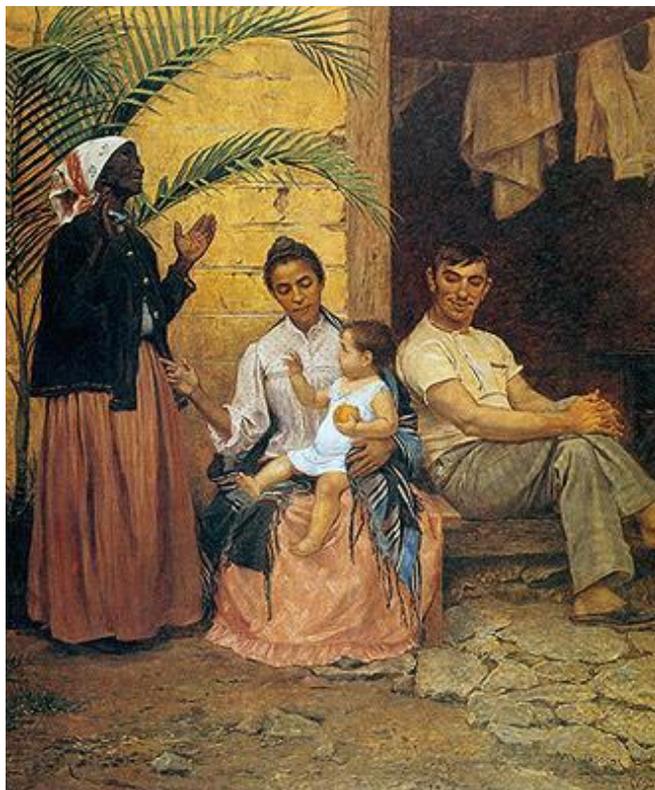
Lilia Schwarcz, na sua obra *O espetáculo das raças*, nos ajuda a entender melhor: “como o argumento racial foi política e historicamente criado (...). O termo raça antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural (...) investiu em modelos biológicos de análises.” (SCHWARCZ, 24).

Buscamos observar a formação da sociedade brasileira vista do ponto de vista das suas relações étnico-raciais porque está nas relações cotidianas, na desigualdade no Brasil e serve de base estrutural ao longo da história do Brasil. A maneira como foi formatada a sociedade brasileira e como ela é hoje. Como foram estruturadas as instituições. Temos padrões de comportamento e padrões culturais que legitimam o racismo no Brasil. Até as desigualdades sociais se estruturam com base em uma linha racial.

“O Mito da Democracia Racial (fraternidade racial; A Fábula das Três Raças: europeu, africano e indígena: Von Matius; Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire) ainda tem força de verdade nos discursos de muitos. Florestan Fernandes é o primeiro intelectual brasileiro a chamar isso de Mito, fundamento falso da leitura racial do Brasil. Ele começou a desmitificar a ideia de democracia racial no Brasil. O movimento negro encontrou junto a Florestan Fernandes, com Lélia Gonzales e a UNESCO, resultaram na conclusão da existência do racismo e a crueldade que a sociedade brasileira estruturou suas instituições de modo a impedir a participação efetiva e livre de pessoas não brancas, mesmo depois do fim da escravidão na passagem para uma sociedade capitalista”. (PORTELA, 2022).

Na atmosfera da Região Ceilero-RS, assim como no Brasil de modo geral, paira um racismo disfarçado, mas que pode aparecer diante de qualquer quantidade de melanina ou diante de traços indígenas ou africanos. Porém, será sempre negado quando denunciado. E o pior é que eu também aceitei calada muitas vezes, apesar do susto, ser discriminada. A sensação, ao sofrer racismo, é a de ter cometido um crime que não cometi, um erro imperdoável, que estaria na árvore genealógica. Como se o erro fosse da vítima e não do racista.

O quadro de Modesto Broccos, *A Redenção de Cam*, 1895, é exemplar sobre as teorias que constituíram por muito tempo a ideologia do branqueamento no Brasil e que ainda ecoam nas relações vividas no cotidiano:



FONTE: <https://journals.openedition.org/artelogie/5242>

Não convém detalhar aqui, mas minhas ancestrais maternas são todas indígenas que, de uma forma ou outra tiveram relações com homens brancos, um exemplo citado como comum pelo arqueólogo Pedro Funari em sua obra *As veias negras do Brasil*, que retrata a história colonial do Brasil.

Sou fruto da relação entre minha mãe, uma nativa americana, e meu pai, homem branco, entendida por eles como romântica. Meu pai me fez ver que, nem minha avó nem minha mãe tiveram oportunidades. Mas ele, desde muito pequena me forneceu, dentro das suas possibilidades, conhecimento e conexões de origens diferentes, que viriam a me dar a possibilidade de escolher os meus caminhos.

Acredito que daria orgulho a este pai tão incomum a escolha que o conhecimento me oportuniza na maturidade: Eu me identifico com a minha ancestralidade indígena, **eu sou uma negra** da terra vermelha!

Aquela que quando as crianças na infância, na escola chamavam de “neguinha do fubá” não entendia e chorava sozinha e escondida, agora pode

explicar para aquelas mesmas pessoas o quanto o milho é um alimento sagrado e cheio de significados. Conforme meus antepassados guaranis contam, esse grão surgiu da luta pela vida entre dois guerreiros. Portanto, qualquer ligação que façam de mim com o milho me torna ainda mais forte.

Da mesma forma que experiências de racismo me impactaram, poderá gerar desconforto em qualquer pessoa que possua traços fenotípicos indígenas ou negroides

Demoramos para perceber isso porque, conforme Lilia Schwarcz explica: “O espetáculo da miscigenação” (1993), foi vendido a partir do Período Imperial como uma virtude. Ela cita, reiteradas vezes, como intelectuais de fora e de dentro do nosso país o retrataram como uma desgraça ou qualidade. E, nos convida a refletir:

“O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no Brasil”. (SCHWARCZ, 1993, 28).

Impugnação incomum em outros lugares por onde passei ter sido destacada pela minha cor, ou investigada a minha ascendência assim que eu chego. No litoral norte de Santa Catarina e em algumas cidades da Região dos Vales no Rio Grande do Sul, já fui constrangida racialmente, mas nunca chegou a ser uma rotina. Tentamos morar em Três Passos, Município onde sou concursada, mas não nos adaptamos.

Aqui vou compartilhar presentes que recebi no meu trabalho de pessoas brancas que gostam muito de mim me deram em Três Passos. O importante é que são representações de como elas me veem, feitas por elas e de como tais representações diferem de mim. Fiz questão de tirar a foto sem maquiagem e com o cabelo natural:

Enfeite para Cuia de Chimarrão que segundo quem me deu seria igual a mim.



Adesivo com a minha data de aniversário, representando a minha imagem.



Não teria problema algum em me parecer com essas representações. Tanto que para ocasiões especiais eu costumo fazer penteados que enrolam o meu cabelo. Mas se entre povos indígenas há muitas diferenças, muito mais entre povos nativos africanos e povos nativos americanos. Porém, isso deixa nítido que por aqui eu sou preta, que neste pedaço do Brasil, qualquer produção de melanina me torna uma negra da terra. E uma forma de amenizar a minha aparência de inimiga “natural” é me dar traços negroides, porque “o negro é menos perigoso, por aqui, que o indígena,” devido às feridas mal cicatrizadas de lutas por território ao longo dos últimos séculos.

Primeiramente nem deveríamos classificar seres humanos e não há um biótipo específico de indígena. No entanto, aqui na Região Celeiro, apresentam-se como mais comuns pessoas semelhantes à minha avó materna, que é em quem eu me espelho, conforme a foto a seguir, tirada no Encontro Interétnico realizado na Escola Estadual São Francisco de Sales, de Campo Novo, no dia 27 de maio de 2016, naquele mesmo dia em que foi apresentada a nossa pesquisa histórica, nós convidamos representantes de todas as etnias da região para estarem presentes, inclusive da Reserva Indígena. Nesta foto só há kaingangs da Terra Indígena da Guarita:



Foto tirada pela autora (Gilce Sampaio) durante a primeira apresentação da primeira pesquisa sobre o Pontão da Mortandade que oportunizou um encontro Interétnico para debater as relações dos jovens estudantes.

Local: Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Sales de Campo Novo/RS.

Para demonstrar essa falta de valorização das identidades não europeias na Região Ceilero do Rio Grande do Sul, a seguir exponho o memorando circular de novembro de 2021 da Prefeitura de Três Passos para o mês da consciência negra:

Cronograma da Mostr'Art

Dia 16/Quarta-feira – EMEFs: 25 de Julho, Ildo Meneghetti e Wally Elisa Hartmann;

Dia 17/Quinta-feira – EMEFs: Coroinha Daronchi, José de Anchieta, Guia Lopes e Complexo Professor José Luiz Rodhen;

Dia 18/Sexta-feira – EMEFs: Dom João Becker, Gonçalves Dias e Escola Cívico-Militar João Padilha do Nascimento.

*OBS. Vídeos que abordem a cultura **afro-indígena** de no máximo 3 min.*

Tanto faz o que seja feito desde que seja mostrado que em algum momento do ano nas escolas foi abordado algum elemento da cultura afro ou indígena. Quando eu questionei, pela primeira vez, o porquê de juntar culturas tão diferentes no mesmo evento, ouvi, em forma de brincadeira: “*Qual o problema? É tudo schwarcz!*”.

O que sentem essas pessoas brancas que falam, escrevem, constroem objetos e narrativas assim?

Silvio de Almeida (2020) nos ajuda a entender preconceito, discriminação e racismo. O **preconceito** é algo do pensar é antes do agir: é o *pré* conceituar algo ou alguma coisa. Como amplamente na história até pouco tempo foi comum e habitual ouvir que negros, indígenas e aqueles que são frutos inter-raciais estão abaixo dos brancos, isso se torna um pensamento comum na memória histórica dos membros da nossa sociedade, sendo tão forte que pode estar inconscientemente até na memória de pessoas não brancas. Por isso dizemos que é estrutural.

A **discriminação**: precisa do ato, de ação, de agir. Como está no imaginário de muitas pessoas a suposta inferioridade de outras, elas irão se comportar de forma diferente diante daquelas que julgam subalternas.

O **racismo** é uma ideologia (um conjunto de ideias que formam), ele está na estrutura do pensamento e move humanos a discriminar outros humanos, e não é qualquer humano. Nossa sociedade está estruturada para que negros, indígenas e aqueles que não têm identidade definida sejam vistos como “os inferiores”.

A discriminação sempre existiu, mas o racismo não. A data de nascimento do racismo (ALMEIDA, 2020) corresponde à colonização europeia na África e na América.

Não existe racismo reverso porque não temos nenhuma evidência histórica de pretos ou indígenas escravizando pessoas somente por serem brancas, durante séculos e permanecendo os dominando por mais algumas centenas de anos e os tornando marcados pela cor por todo esse tempo.

Racismo envolve poder e oportunidade e como está na estrutura da nossa sociedade, também está nas nossas relações, mas de uma maneira velada.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, por muitas vezes o entrevistado só percebeu que tinha dito uma frase racista ao ler o conteúdo da sua entrevista. E, nesse momento começava a tentar negociar o que poderia ser publicado ou não.

Como depois de ser revelada sua opinião, identidade ou memória podemos escondê-la de novo? Por exemplo, um termo muito usado na Região Celeiro, principalmente por descendentes de alemães é *schwarz*, que na língua alemã quer dizer “preto”.

Se você não é branco e ouvir isso por aqui, saiba que está sendo menosprezado. Esse é um termo depreciativo, que é usado para identificar alguém considerado inferior, com menos valor.

Qualquer acréscimo de melanina pode te tornar um *schwarz* em potencial. Um ser humano preto com fortes traços negroides ainda é raro na região. Mas há muitas pessoas com traços indígenas, a raça que disputa território, memória e identidade com aqueles que vieram da Europa, talvez por isso *schwarz* envolve um quê de inimigo.

Portanto o termo raça, ou racial aqui tem a ver com racismo, segregação e aceitação de acordos pré-definidos a determinado grupo por ser diferente de outro devido a um conjunto de caracteres físicos hereditários, como a cor da pele, ou comportamentais.

Ao aprofundar-se nas entrevistas com moradores do Pontão da Mortandade e ao analisar os documentos dessas famílias, veio à tona que eles não são simplesmente europeus em busca de uma vida melhor no novo mundo, alguns eram russos (Sochinske) e poloneses (Knopsinki, Siscieski, Saleski) que fugiram dos horrores da 2ª Guerra Mundial e, ao passar pela Alemanha nazista mentiram seus nomes e principalmente seus sobrenomes, com o objetivo de se aventurar pelo Oceano Atlântico para permanecerem vivos. Assim o que era antes Knopsinsky virou Knop, e os Schulz esconderam o sobrenome Sochinske.

Há, no entanto, outros descendentes de europeus da Região Celeiro, que fizeram questão de me trazer livros genealógicos, que contam a “pureza” da sua ascendência considerada “legitimamente ariana”. Alunos e professores das escolas onde trabalho em Três Passos e que estão fortemente ligados às colônias velhas, que vieram para o Brasil no século XIX, a partir de 25 de julho

de 1824, alimentam de forma vivaz os referenciais de uma “raça pura” e uma história “heróica”. Não é à toa que o dia 25 de julho é feriado nas cidades de São Martinho, Sede Nova, Humaitá, Crissiumal e Três Passos.

A história, os costumes, e a língua alemã para eles são seu patrimônio. E por isso é tão importante que seja preservado e cuidado. Lembrando que *kultur* em alemão é oposição a *natur*.

Festa do Colono de Humaitá 2022:



<https://www.portalarauto.com.br/Pages/211859/fotos-comunidade-de-vila-ferraz-retoma-desfiles-no-dia-do-colono>

Festa do Colono de Três Passos 2022:



<https://radioaltouruguai.com.br/festa-do-colono-e-motorista>

Nessas oportunidades eu aproveitei para entrevistá-los. Nas longas entrevistas individuais, destaca-se como algo unânime a desimportância que

dão à reserva indígena (Reserva da Guarita), além de não verem conexão alguma entre a vinda de seus antepassados e a mortandade no Pontão, ocorrida em 1834.

Muitos desses descendentes de imigrantes alemães estão fortemente ligados a Ivoti (KREUTZ, 2013), São José do Hortêncio (BRAUN, 2016) e São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, conhecida como Vale dos Sinos, que trazem em suas páginas a saga das famílias dos primeiros imigrantes alemães que chegaram no Brasil em 1824, incentivados pela Princesa Leopoldina. E que, depois de desocupada a Região Celeiro do Rio Grande do Sul em 1834 e “abandonada” por décadas, se tornou o destino dos descendentes daqueles primeiros imigrantes alemães, em novíssimas colônias onde é atualmente Três Passos, Crissiumal, Humaitá, Sede Nova e São Martinho.

II - I – DEUS, TRABALHO E FAMÍLIA.

Ao todo foram 28 pessoas entrevistadas de origem europeia. Iniciadas pelo Pontão da Mortandade e aos poucos agregando famílias de toda a Região Celeiro e cidadãos da Região dos Vales do Estado do Rio Grande do Sul.

A maioria se ofereceu para falar, chegando a nos procurar, enviar livros que contavam as suas sagas familiares, com sua árvore genealógica desde a Germânia e um da península italiana.

O maior número de entrevistados foi de homens, na faixa etária de 60 a 80 anos de idade, de classe média. As poucas mulheres de origem europeia entrevistadas em suas casas eram viúvas, ou completavam a fala de seus maridos enquanto serviam maravilhosos quitutes. Houve mulheres que cederam entrevistas completas fora de suas casas, em seu local de trabalho, como nas escolas, no caso das professoras, sendo que apenas uma delas, tem menos de 40 anos de idade.

É impressionante como eles investem ricamente em narrativas sobre o lugar de onde vieram, bem como o significado de seus sobrenomes etc. Conseguem detalhar a saga de atravessar o oceano em busca de uma vida melhor. Relatam os medos dos seus antepassados, como o arrepio que sentiam ao ouvir o rugido da onça, que assim como indígenas poderiam estar escondidos no meio do mato, prontos para atacar. Isto é, equivalem em suas narrativas onças e indígenas, colocando sub suspeição a condição humana desses últimos, cuja existência lhes parecia ser apenas a do “ataque” a qualquer momento, como que apossados apenas de instintos e desprovidos de razão e cultura.

Somente destoava do restante do grupo de descendentes de alemães as respostas da professora com menos de 40 anos, cujas afirmações foram completamente antagônicas às do restante do grupo entrevistado. Trata-se de uma professora de Ciências Humanas, aguerrida na educação antirracista. A unanimidade das narrativas trouxe histórias de superação, força, persistência e trabalho. Todos guardam com carinho e cuidado objetos de seus antepassados europeus, como seu maior patrimônio pessoal, assim como sua origem.

Mostraram talheres de prata, máquinas de costura, máquinas manuais de plantação, móveis de madeira maciça, retratos e fotos.

Em todas as entrevistas, após os cumprimentos e estarmos acomodados a primeira pergunta era: “Como você se identifica?” Dependendo da idade e do distanciamento a pergunta variava para: Quero que fique bem à vontade para responder: como o senhor se identifica?” “Então, como a senhora se identifica?”

- “Eu sou alemão!”

- “Alemã!”

- Italiano!

- Será que muita gente vai ler o que tu tá escrevendo? É que na verdade a gente é russo! Mas acho que todo mundo já sabe! Olha bem pro teu marido!

- Como?

Muitas revelações... Eu descobri que tenho uma filha meio russa, mais isso é outra história. Para fins acadêmicos os dados explorados e evidenciados devem ser aqueles que mais se repetem. E, o núcleo russo só apareceu no Pontão da Mortandade. Incomum ao restante da região estudada.

As visitas em famílias de imigração italiana e germânica aconteceram à noite, em finais-de-semana e feriados devido ao meu trabalho. Sempre foram muito educados comigo, me ofereceram lanches, como cucas, bolachas, salames, morcilhas, acompanhados de chimarrão ou chás. Isto quando não era almoço ou jantares regados a chope, cerveja, refrigerantes, churrasco ou carreteiro e mandiocada.

Em certa feita, uma mulher adulta, jovem, muito bonita, loira de olhos azuis, alta, magra, olhou no fundo dos meus olhos, depois de ter tomado muito chope e disse: “- Zait Ghost!” – E eu respondi: o quê? Ela falou: “Você tem o espírito de Deus! Esse impulso e intuição... Zait Ghost!” Eu estava sóbria o suficiente para saber que a tradução de Deus é outra, Gott, e o que ela acabara de dizer referia-se a “fantasma”, mas mantive-me discreta.

No entanto, por inúmeras vezes, a maioria se referia a qualquer pessoa não branca como brasileira, inclusive eu. “*Você que é brasileira... “A gente não tem nada contra os brasileiros, só que não gostam de trabalhar”*”. Na tentativa de me elogiar, diziam: “*Você é diferente, é brasileira, mas é estudada!*”. “*Meu*

filho se casou com uma brasileira, mas ela é gente boa!”. “Fulano é brasileiro, mas convive com a gente!”.

Dependendo da situação e da oportunidade eu replicava a pergunta: Mas, então o senhor não é brasileiro? Com a maior naturalidade a resposta costumava ser: *“Eu sou de origem alemã”*. Mesmo sendo a quarta ou quinta geração a nascer no Brasil, eles não se identificam como brasileiros.

Fato curioso que se repetiu é que a maioria dos descendentes de alemães entrevistados em 2022 possuía a bandeira do Brasil no seu carro ou casa, quando não em ambos. Quando eu perguntava o motivo a resposta era que eles queriam o melhor para os brasileiros e para o país, portanto estavam nos ensinando a ser patriotas. O contexto eram as eleições presidenciais em que, na disputa de narrativas, havia um apelo a um certo patriotismo que deveria ser defendido por “cidadãos de bem”, voltados aos valores cristãos, da família nuclear cisheteronormativa e da Pátria, cuja bandeira nacional e suas cores predominantes – verde e amarelo – se tornaram símbolos maiores.

Assim, esses descendentes de imigrantes europeus, a partir do que entendem ser sua condição racialmente superior, considerada pura o suficiente para não os torná-los brasileiros (misturados), estabelecem e alimentam lógicas hierárquicas nas relações que estabelecem, produzindo fronteiras da diferença que situam brasileiros numa condição subalternizada.

Como bem aponta Lia Schucman (2012):

“(…) racista foi a forma como os brancos de minhas relações sociais e eu representávamos os “outros” negros: com pena, com dó, com ausência. [...] muitas vezes essas eram relações em que os brancos se sentiam quase como fazendo “caridade” ou “favor” de relacionar-se com os negros, como se com a nossa branquitude fizéssemos um favor de agregar valor a eles, porque, afinal, estávamos permitindo aos negros compartilhar o mundo de “superioridade” branca”. (SCHUCMAN, 2012, 12/13).

Além desse “patriotismo”, valorizam muito a família tradicional e as doutrinas da Igreja, seja Protestante ou Católica. Temem que a “desordem” e a “desestrutura” familiar possam causar danos irreparáveis às pessoas, como levá-las à promiscuidade ou ao uso de drogas ilícitas.

Como o Senhor F. disse: *“O guri tem que ser criado desde pequeno como homem! Sem frescura! A menina não. Sempre mais perto da mãe, sempre arrumadinha. Mas tanto um como outro tem que ir para a catequese.*

Por que onde vai aprender coisa boa hoje em dia? Só na igreja mesmo!” (maio/2023).

Durante uma dessas visitas em casa de família de imigrantes germânicos, em um domingo pela manhã, enquanto o proprietário me concedia a entrevista e sua esposa se dividia entre os preparos para o almoço, em manter a água quente para o mate e nos servir queijo, salame e cuca, os jovens da casa se arrumavam para ir para o culto na igreja luterana. O rapaz só faltava medir o topete do cabelo na régua, para mim ambos estavam muito bem apumados, mas ele voltava a se olhar no espelho da cristaleira e tentar alinhar o cabelo mais ainda. Ao se despedirem pediram a benção dos pais e me desejaram uma boa semana. Foi quando em susto a mãe deles gritou: “- Mein Gott!” O rapaz estava indo à igreja com uma camiseta de time de futebol! Depois de uma pequena confusão e um debate onde o guri não queria de jeito nenhum trocar a blusa, mas acabou acatando a decisão dos pais, continuei a entrevista.

Porém, algo a mais tinha chamado a atenção naquela situação aparentemente corriqueira: a camiseta era do Vini Jr. Não acredito que os pais sabiam exatamente quem é este jogador ou a importância dele na luta antirracista, mas tenho certeza que aqueles jovens, e principalmente o rapaz que a vestia sabe quem é Vini Jr., porque quando começou entorço da camiseta eu comecei a prestar atenção nela e percebi que se tratava de uma camiseta oficial, que custou muito a ele tê-la. Para aquele jovem era motivo de orgulho, ele queria que todos o vissem com ela.

Mas independentemente da idade, o que é comum em todo descendente de imigrante, o que eles têm orgulho é da sua “trajetória de herói”.

Ouvindo os relatos dos moradores do Pontão da Mortandade ou de qualquer descendente de europeus, nota-se uma ênfase na narrativa de uma história de dor e superação. Daquele imigrante que atravessou um oceano, enfrentando inúmeras adversidades, que quando chegou no Brasil “era tudo mato, tinha onça e era perigoso”. Mas, que mesmo assim arregaçou as mangas, desbravou e cultivou a terra.

Dois entrevistados homens, casados, na faixa dos 60 anos de idade, produtores rurais, de origem europeia, deixaram bem nítido que dentro da sua seleção de humanos, os indígenas estariam abaixo dos negros. Porque os

negros foram escravizados, e trabalharam. A fala que se repetiu foi: *“Mesmo que à força, os escravos aprenderam a trabalhar. Já o índio não”*. (junho/2022).

Um desses homens havia me convidado para a visita em sua propriedade em um domingo. Ao chegar no horário combinado, cerca de nove horas da manhã, ele estava treinando tiro com os filhos, uma criança e um adolescente. Fiquei aguardando enquanto via a cena. Muitas armas, munição e tiros. Placidamente assistia aquele homem incentivando seus filhos e olhando pra mim. Até ele me perguntar: *“- A professora quer atirar?”* E, eu respondo sorrindo educadamente, mas ironicamente: *“Não. Muito obrigada! Uso outras armas.”* Ele olha para as minhas cicatrizes ao mesmo tempo em que sorri e fala: *“- Entendi”*.

O trabalho para a imensa maioria dos descendentes de imigrantes europeus é o que dignifica o homem. Para eles nada que não é conquistado com muito esforço e trabalho é digno. Aqueles que hoje não precisam se esforçar ou trabalhar tanto para o próprio sustento, valorizam o trabalho dos pais e avós, dizendo que é por isso que é merecido ter o que tem hoje. Mesma justificativa serve para argumentarem o porquê que os indígenas não merecem o que têm. Eles veem quem vive na Reserva Indígena como pessoas que ganharam tudo fácil.

Um homem, que aqui chamaremos de J., descendente de alemães, afirmou na entrevista que:

“Existe uma ditadura dentro do Rio Grande do Sul que é conduzida pelos chefes das tribos indígenas, porque eles com milhares de hectares de terra arrendam para os agricultores á volta, sem papel, sem documentação, tudo ilegal, dividem o dinheiro entre cacique e filho de cacique e botam seus próprios povos vender balaio na cidade. Esses sim, passam necessidade por culpa da má administração do seu cacique, que é como se fosse um ditador para eles”. (julho/2022).

Sob tais acusações sem, evidentemente, conhecerem a realidade da Reserva, constroem a imagem de que por ali as coisas se resumem em um inferno. Fora Ao mesmo tempo, vivem baseados naquilo que temem. Conduzidos pelo medo, temem o comunismo, que seus filhos se tornem gays, de que seus descendes não sigam a sua religião, que sejam levados pelo *funk*

ou por jogos online de luta a se tornarem bandidos, *peessoas do mal*. Tentam controlar até as músicas que seus filhos ouvem. Vejamos, sobre isso, o que diz o Senhor C.: *“Por que se o cara não ouve uma música gauchesca, uma bandinha, uma coisa nossa, sabe? Enquanto está fazendo o churrasco de domingo com a família, é porque se perdeu! Qual a graça de ouvir essas músicas esquisitas em casa? O que você vai estar ensinando para o teu filho?”* (junho/2022).

Eles estão sempre se defendendo de algum mal o tempo todo. Por isso seguem rigidamente como princípios a valorização do trabalho e da sua família, da sua igreja e doutrina e do anticomunismo.

É como se a superioridade euro cristã branca e patriarcal fosse o que lhe garantisse a segurança. Eles sabem pouco sobre a Terra Indígena, e menos ainda sobre as vivências, costumes, memórias, experiências e histórias dos diferentes povos originários que ali estão.

III – II – A HISTÓRIA CÍCLICA

Se, conforme citado no início, uma fronteira tem dois lados, de qualquer lado dessa fronteira sempre se encontra o medo. Foi mais difícil conseguir entrevistar as pessoas de dentro da Terra Indígena da Guarita do que qualquer outro grupo. Apesar de eu sempre manter algum contato com alguma pessoa de lá, mesmo depois de ter muito material e de alguns meses, ainda não tinha autorização para publicar nada.

Depois de muito diálogo, combinamos o máximo de anonimato dos entrevistados da Reserva da Guarita, que a partir daqui também serão nomeados apenas como letras aleatórias. A maioria são mulheres entre 25 e 45 anos, que sustentam e cuidam das suas famílias, quase todas kaingang. Em torno de trinta pessoas, sendo usado apenas as falas repetidas ou mais significativas neste texto.

A procura foi a mesma com todos os povos originários ocupantes da reserva.

Entretanto, das quase trinta entrevistas, a imensa maioria são de pessoas do povo kaingang, algumas guarani e, infelizmente, nenhum contato foi conseguido com membros da etnia xokleng. Lembrando que depois que eram feitos os cumprimentos e que a pessoa se demonstrava confortável, começava a entrevista com a pergunta inicial: “Como você se identifica?” Ou, quando havia maior necessidade de cerimônia: “Como a senhora se identifica?” Ou, ainda: “Como o senhor se identifica?”

Senhora L.: “Eu sou da família guerreira, que são os Kamé, que são a metade do dia [lembrando que Kaingang se divide entre Kamé e kairu], sou muito forte, ninguém se mete comigo aqui!” (*fevereiro/2023*) Essa entrevista foi concedida por uma senhora em sua casa dentro da Reserva Indígena da Guarita. E, realmente, naquele pequeno mundo, que era a casa e roça dela todos a obedeciam. Ela era a mais velha e a matriarca. Inclusive, quando ela disse essa frase estava rodeada por todos os familiares, filhos e filhas, genros e noras, netos e netas, que a serviam e riram juntos, como se ri no mundo ocidental quando um rei faz uma piada.

Em uma situação oposta estava em frente a um supermercado, no Município de Três Passos, vendendo filtros dos sonhos e balaios esta senhora, que também se identificou como Kamé: Senhora V.: *“A gente sai de casa bem cedo, carregada com todo o material que conseguimos produzir: cestas e filtro dos sonhos. Mas tenho que trazer garrafas d’água e alguma comida para as crianças! Não é certo que vou conseguir vender alguma coisa. E trago elas (crianças) sempre comigo.”* (fevereiro/2023).

O que divide a Reserva Indígena do restante da região é uma linha muito tênue. Uma estrada asfaltada, gestos, idiomas, a cultura e alguns traços físicos. Depois de um tempo de observação comecei a passar despercebida. Pela primeira vez, tinha alguma vantagem em alguma coisa: a mesma cor e os traços físicos da maioria. O problema era só quando abria a boca. Culturalmente me faltava muito. Foi aí que aprendi que quanto menos interferisse colheria mais dados, e os entenderia melhor.

Os grandes chefes não me receberam, mas autorizaram a minha entrada e circulação livremente. Conversei com “meninos-homens”, lideranças jovens deles sobre os mais variados assuntos. Identificam-se como povos originários, sabem muito sobre a sua cultura, estudam nas escolas da Reserva em seu idioma original, mas no primeiro encontro com uma garota não revelam onde vivem.

“Menino-homem M”: “- Os pia da cidade me apelidaram de bugre. Eu deixo que me chamem de bugre. É claro que eu não gosto. Quem gostaria de ser chamado disso? Mas se eu reclamar é pior. Daí sim que eles vão me incomodar.”(novembro/2022).

“Menino-homem N: “- Dá vontade de falar: Ô meu, me respeita! Tu tá falando com um Kamé!” (novembro/2022).

Depois de tantas idas e vindas, finalmente alguma confiança foi estabelecida. As mulheres pediam carona para vender artesanato na cidade. Durante a carona iam relatando questões do cotidiano e da criação dos filhos:

Senhora R. [Kairu]: *“Tenho a minha roça em casa. Mas também venho aqui vender na cidade artesanato. As crianças vão na escola, ajudam tanto a*

fazer o filtro dos sonhos como a vender, porque aí eles estão aprendendo a tradição e dando valor pras coisas!”

Senhora S.: “Eu sou Kairu, eu penso muito! Eu nunca deixo as crianças sozinhas. Você pode não me vê, mas eu tô sempre enxergando elas. O que acontece é que os **Fog** compram mais delas do que de mim”. (março/2023)

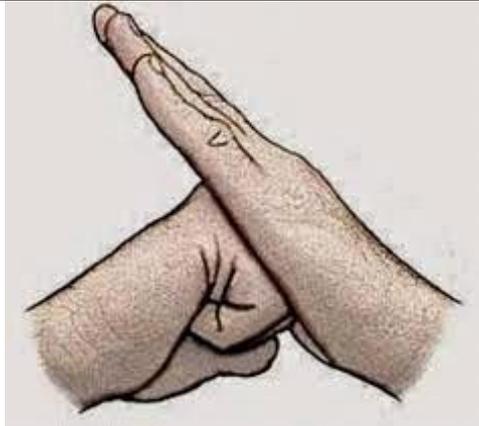
Senhora G.: “A gente sai muito cedo de casa. Cansa. Dá fome. Dá sede. Não tem lugar bom pra descansar. Nem banheiro limpo a gente acha. Recebe olhar de nojo. Só que o que vocês não vê é que nós estamos mantendo a tradição: estamos esparramando nossos objetos ancestrais pelas casas de vocês”. (março/2023)

Entre o sacrifício e a sabedoria está a resistência dessas mulheres que com seus filhos mantêm viva a sua cultura.

A cultura para os povos originários é o seu maior patrimônio. Eles passam de geração para geração. “A memória é o porto seguro da identidade”. (BEZERRA DE MENESES, 1994, 28).

E eles se identificam o tempo todo como Kamé ou Kairu.

KAMÉ	KAIRU
	



Os dois se complementam.

O mito da origem dos Kaingang. As duas metades são representadas graficamente, marcando uma relação com o sol e com a lua. Esses mitos contam que, no início dos tempos, Kamé era um sol que perdeu sua intensidade luminosa inicial para tornar-se o astro da noite. Esses mitos se apoiam numa distinção e numa assimetria (o dualismo Kamé/Kairu), que eles reiteram e enunciam ao mesmo tempo ao situá-los em relação a um originário grau zero da aliança, no qual Kamé engloba seu contrário Kairu.

Toda cosmologia, objetos e formas kaingang são kamé ou kairu. Em seus artesanatos, as mulheres identificam o grafismo a que pertencem, como uma assinatura, para que todos saibam que aquele balaio, ou filtro dos sonhos foi feito por uma kairu ou por uma kamé.

Outro elemento cultural do povo kaingang é se identificar com a terra onde nascem e vivem. Para os povos originários a terra e o território são cheiros de significados. O primeiro Cacique da Reserva um guarani. Guaranis e Kaingang são fortemente retratados aqui porque uniram-se na virada do século XVIII para o XIX e criaram uma comunidade em comum: o Pontão. Atualmente dividem territórios na Reserva Indígena da Guarita, que foi demarcada em 1848, junto com um pequeno grupo de xokleng.

Senhora T.: “- *Eu sou parte da tudo isso que você está vendo, minha fia! Você também é! Todo mundo é! Tem gente que não sabe e não vê! Mas o fato de não saber não quer dizer que não é. Né?!*” Essa senhora se identificou como guarani, e demorou muito a conceder a entrevista. “*A gente se resguarda porque a gente já foi caçado igual bicho, caçado pior que onça.*” (julho/2023)

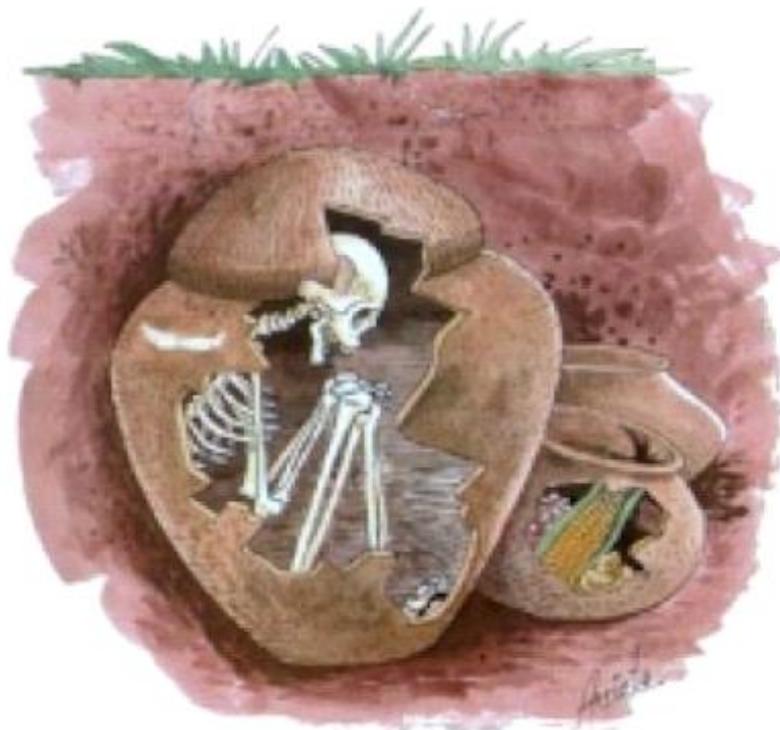
Senhor W: “- Primeiro eu quero te fazer algumas perguntas. Pode ser?”. Eu respondo que sim. Sinto-me como se estivesse em uma entrevista de emprego ou em um sonho, porque esperei muito por esse momento. Até cheguei a pensar que não iria mais acontecer. Este senhor saiu da Reserva por um tempo, concluiu um curso superior e optou por retornar e ser um motivador das tradições de seu povo como um guardião. Ele provavelmente iria perguntar sobre os meus reais interesses, sobre a pesquisa, sobre a devoluta para a comunidade, e eu tinha várias respostas ensaiadas na minha cabeça. Mas o que ele perguntou foi: “- *Você já participou de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas.)?*” Para esta pergunta eu não estava preparada. E agora, ter participado era bom ou ruim? Provavelmente ruim. Mas aqui nem dá para tentar mentir, nossas comunidades são muito pequenas, assim como eu sei coisas sobre eles, eles também podem saber sobre mim. Respondi: Sim, já. Ele sorriu e disse: “- *Então, você irá entender! Em um CTG você vai lá, dedica seu tempo, seu dinheiro, leva seus filhos para seguirem os seus costumes. Nós nos recolhemos aqui pelo mesmo motivo. Nós quase nos perdemos no tempo, na história. Agora estamos nos reconectando. É assim que vocês falam? Temos internet, como você pode ver. Mas não vamos mais aceitar nos adaptar como antes e ficar cegos como os brancos. Nós fomos moldados por esta terra vermelha e para ela voltaremos, é um ciclo, do qual somos só uma parte.*”

A *TERRA SEM MALES*, ou *LA TERRA ROJA*, é uma história muito conhecida por estas bandas, é um mito guarani, segundo Jakson de Alencar, conta resumidamente que Nhamanderu, o grande pai, vendo a maldade das pessoas e a vida piorando a cada dia resolveu acabar com a Terra, mas avisou antes ao nosso pajé Peabiru, para que fizesse nossos rituais, ele obedeceu e passou a noite dançando ao som de cantos e instrumentos. Quando as danças terminaram, Peabiru ouviu um grande trovão, passou por muitas adversidades com sua família até chegar a Terra Sem Males, que seria “um lugar onde as plantas nascem por si próprias, a mandioca já vem transformada em farinha e a caça chega aos pés dos caçadores. As pessoas nesse lugar não envelhecem e nem morrem. Não há sofrimento, não há doença e nem maldade”. (ALENCAR, 12, 2008).

Conforme Hélène Clastres, muitas migrações guaranis foram motivadas pela busca por esta terra vermelha, por esta Terra sem Males:

“A Terra sem Mal [...] foi o núcleo do qual gravitava o pensamento religioso dos tupis-guaranis; a vontade de chegar a ela governou suas práticas; a vontade de chegar a ela governou suas práticas; esteve na origem de uma diferenciação nova, nascida do xamanismo, que viria a isolar uma categoria especial de xamãs: os caraís, os homens-deuses cuja razão de ser era essencialmente promover o advento da Terra sem Mal.” (CLASTRES, 56,1978).

A identidade guarani tem um modo de ser e proceder, com características próprias. “Seu território, o solo que se pisa, é um tekoha, o lugar físico, o espaço geográfico onde os Guarani são o que são, onde se movem e onde existem” (MELIÁ et al, 2008, p.9). É algo sagrado. Ele não se vê e nunca se viu como dono da terra, não é a terra que lhe pertence, pelo contrário, ele é que pertence à terra, nasceu da terra e voltará para ela, e por isso ela deve ser a mesma, para completar o ciclo da vida. Como seus antepassados faziam, voltavam para o útero da mãe terra, como mostra esse desenho de um enterro guarani em urna funerária:



<https://rescatando-mi-cultura-guaran.blogspot.com/2014/09/las-urnas-funerarias-guaranies.html>

No Pontão anterior à mortandade, entre outros acordos, os Kaingang poderiam manter o seu nomadismo e participar da produção da erva-mate, enquanto os Guarani ficavam com a comercialização da erva, do couro e do

charque. (BAGETTI) Os Kaingang além de serem atualmente a maioria dos indígenas da região, são os mais resistentes à cultura europeia, não aceitaram reduzir territórios fazendo acordos com jesuítas e preservam fortemente a sua cultura e idioma. O único acordo que aceitaram fazer com o Estado Brasileiro foi quanto à Reserva da Guarita, como veremos no último capítulo. Mulheres e crianças Kaingang falam o idioma de origem enquanto vendem artesanato nas ruas das cidades e em frente às lojas que costumam ter como “nome ou razão social” um sobrenome europeu.

Entre os indígenas, principalmente as mulheres que cederam entrevista, também pedindo para não se identificar, falam da sua ligação com a terra, de histórias de racismo, de como o conhecimento é hierarquizado. Uma das únicas que permitiu se identificar foi a professora Laísa Kaingang da Reserva da Guarita, doutoranda que contou que tem que repetir constantemente para que seus estudos sejam aceitos na academia:

“- É comum não percebermos o quanto somos racistas ao conceituar conhecimento e saber: Normalmente conceituamos conhecimento ao que é escrito e está ligado à universidade, aos métodos europeus. E, o saber não necessariamente está escrito; em um imaginário racista está ligado aos povos africanos e indígenas. Estamos tão presos a este racismo estrutural que mesmo quando buscamos valorizar o conhecimento de povos não brancos o inferiorizamos.” (agosto/2022).

Certamente, sobre isto há que se refletir constantemente. Compreender os diferentes modos de ser de um povo, e a sua importância cultural é fundamental no enfrentamento ao epistemicídio. Quanto aos Guarani,

“(...) seguem vivendo, apesar de inúmeras pressões, ameaças e mortes. Habitam desde dois mil anos atrás esse vasto território. Diversos grupos Guarani foram se estendendo por esta parte da América, mediante sucessivas migrações aliadas ao crescimento demográfico, que começaram há uns dois mil anos atrás e que continuam até a atualidade. (MELIÁ, 2008, p.3)

CAPÍTULO III

O QUE DIZ O SILÊNCIO?

Como ouvir aquilo que não é expresso?

O único que conseguia quebrar o silêncio daquele dia cinza era o vento gelado do inverno. Pessoas caminhavam mudas cuidando para não pisar nos corpos, o sangue era tanto que batia à meia canela.

Há quase duzentos anos, no atual Pontão da Mortandade, vivia uma comunidade indígena que era formada por guaranis e kaingangs. Com mais de 6 mil pessoas que trabalhavam, estudavam, rezavam, cantavam, namoravam, e também brigavam, negociavam, mentiam, como qualquer outra pessoa daquele território que se comunicava em portunhol, tupi-guarani e kaingang.

Em 1832, já havia acontecido a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ou seja, o mundo já tinha sofrido uma enorme transformação econômica e política. Napoleão já havia caído e morrido. O iluminismo havia despertado até os Libertadores da América. A América Espanhola já tinha se fragmentado e se transformado em vários países independentes e republicanos. E o Brasil?

Como se sabe, no Brasil um ano antes, em 7 de abril de 1831, Dom Pedro I, havia abdicado do trono ao seu filho, Pedro, que tinha somente cinco anos de idade. Um governo Regencial foi instalado e, naquele mesmo ano, decretou-se o fim do tráfico negreiro. A escravidão, entretanto, continuava a existir.

O Rio Grande do Sul era a Província de São Pedro e a proximidade com os *hermanos* do outro lado ia além do idioma, mantinham costumes semelhantes, vestimentas e memórias, muitas vezes, das mesmas lutas. Aproximando a lupa da história àquelas mais de 6.000 “almas” da Ponta da Palmeira das Missões, vamos ver que eram indígenas, que já tinham feito parte não só dos 7 Povos das Missões, mas dos 30 Povos das Missões Jesuíticas do Paraguai. Eram sobreviventes da Guerra Guaranítica – que aconteceu entre

1753 a 1756, quando os 7 Povos das Missões, que ficavam no atual território brasileiro, se negaram a cumprir o Tratado de Madri, que os obrigava a deixar novamente o seu território e ir viver na Colônia de Sacramento - que se misturaram com seus antigos inimigos históricos, os Kaingang, e criaram ali uma sociedade que “unia” os dois povos: Guarani e Kaingang.

Aquela pequena Ponta da Palmeira das Missões já tinha sido o erval da Missão Jesuíta de Santo Ângelo Custódio, e antes de ter sido um território reduzido, foi durante 16 séculos a terra dominada pelos indígenas Guarani, o grande território conhecido pelos exploradores espanhóis como Paraguai, que hoje abrange os países do Paraguai, Argentina, Uruguai e, claro, o oeste do Rio Grande do Sul, no Brasil.



https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12122012-10734/publico/2012_NewtonDaRochaXavier.pdf

Além de seus *recuerdos* históricos, os gaúchos sofriam com altos impostos do Governo Central do Brasil. O objetivo dos poderosos locais era transformar a Província de São Pedro em uma República independente, semelhante às dos *hermanos*. Entre os homens ricos daquele grupo estava o líder do Pontão (da Palmeira das Missões), o Cacique Fongue.

Fongue tinha o monopólio da Erva-mate na Província e no sul do Brasil. A erva-mate comercializada por Fongue chegou a ser exportada até para a Alemanha. Mas, o cacique e seus indígenas também produziam e comercializavam charque e couro. A esposa de Fongue era quem coordenava o Barbaquá e toda a produção da erva-mate, que era feita por mulheres.

Barbaquá: Antiga fábrica de erva-mate:



<https://especiais.gazetadopovo.com.br/erva-mate/producao>



Foto da autora (Gilce Sampaio) tirada em 2015 no único Barbaquá que restou no Pontão da Mortandade, em Campo Novo/RS. Quem aparece na foto são estudantes do ensino médio da época que participavam da pesquisa sobre a história local e recriaram passagens históricas que se tornaram o calendário de formatura daquela turma. Nesta foto, eles representam: Fongue, sua esposa e Vicente de Souza.

Apesar de muita pesquisa, ainda não sabemos o nome da esposa do cacique, mas nas entrevistas, ela é sempre citada como uma mulher poderosa. O casamento dos dois provavelmente foi arranjado, semelhante ao que acontecia na Europa, quando da formação dos Estados Modernos Europeus. Fongue era Guarani e sua esposa Kaingang. O casamento dos dois selou a paz e a união entre os dois povos historicamente inimigos, mas demarcou territórios exclusivos para cada: O Rincão Reúno ficou para os Kaingang e o Rincão Guarani, para os Guarani. Essas localidades ainda hoje possuem esses nomes. Entre os dois Rincões está o Pontão, uma espécie de centro urbano que abrigava através de acordos internos os dois povos indígenas.

No Pontão, os Kaingang eram responsáveis pela produção da erva-mate, enquanto os Guarani ficaram com a comercialização da erva, do couro e do charque. Os Guarani já vinham há séculos com um modo de vida sedentário, tinham adquirido muitos hábitos europeus, com a vivência nas reduções jesuíticas. Mas conviviam bem com os kaingang, que ainda preservavam hábitos nômades e conservavam suas crenças religiosas.

Há muitos relatos e mitos sobre o Cacique Fongue, o que foi comprovado até agora (PESAVENTO, 1982) é que ele era um bebê quando aconteceu a Guerra Guaranítica em 1756. Que teria nascido na Redução de Santo Ângelo Custódio. Sua mãe e ele faziam parte do grupo de sobreviventes que conseguiram fugir e se esconderam nos ervais. Nestes ervais, eles se encontraram com um grupo kaingang, que os acolheu e protegeu. E ali construíram juntos a sua OGUY, palavra guarani que quer dizer: lar, casa segura e fraterna, guarita.

Sessenta e seis anos depois, aquele grupo teria transformado e muito aqueles ervais: O Pontão tinha se tornado uma cidade com estrutura semelhante à de uma cidade missioneira, e com espaço para as tradições e cultos kaingangs. Como foi dito de início, uma comunidade com mais de 6.000 “almas”, que trabalhavam, estudavam, rezavam, cantavam, namoravam, e também brigavam, negociavam, mentiam, como qualquer outra pessoa daquele território que se comunicava em portunhol e tupi-guarani, até a chegada de alguém que mudaria o destino de Guaranis e Kaingangs.

João Vicente de Souza era o líder de um grupo de bandeirantes e um de seus filhos também seguia o mesmo ofício do pai, coordenava um outro grupo de bandeirantes.

Em casos semelhantes ao dos Indígenas do Pontão, João Vicente de Souza e seu filho costumavam agir em conjunto, fazendo armadilhas e ataques de lados opostos, para não dar chance de os indígenas escaparem ou sobreviverem.

Em uma manhã de 1832, eles entraram na cidade disfarçados de compradores de erva-mate e começaram o ataque pelo Barbaquá, onde estavam as mulheres. João Vicente de Souza matou a mulher do Fongue, a líder dos Kaingang. A maioria dos homens estava nos campos de gado, mas eles tinham um sistema de aviso, com sinos e fumaça. Ao retornarem, Fongue mata o filho de João Vicente de Souza e o dá o apelido de Chumbrega, que queria dizer fresco, fácil de matar.

O bandeirante João Vicente de Souza conseguiu fugir com parte de seu bando. Humilhado, ele planejou durante dois anos a sua vingança. E, com o apoio da Guarda Nacional do Brasil, em julho de 1834 voltou ao Pontão e matou todos que viu pela frente, homens, mulheres, crianças, bebês e velhos.

Nos relatos que relembram o fato, consta que: “A Mortandade era tanta que o sangue batia à meia canela”.

Não havia como enterrar todos aqueles mortos. João Vicente de Souza tinha vencido, recebeu parte das terras, mas a maioria delas ficara abandonada, assim como os corpos entregues aos corvos. Os sobreviventes indígenas se esconderam nas matas que vão atualmente do atual Município de Campo Novo até o Município de Braga. Entre estes, estava Fongue.

O lugar (Pontão) onde aconteceu a mortandade até hoje ressoa estórias de assombração, ou *visagem*, termo mais usado por estas bandas. Uma das lendas é que indígenas vivos e mortos guardavam o local. Durante décadas de negociação com o Governo Imperial chegaram a um acordo: Desde que os indígenas do Noroeste do Rio Grande do Sul fossem lutar junto às tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, ao retornarem com a vitória teriam uma Guarita, uma terra reservada somente para eles, onde não se repetiria a história da Guerra Guaranítica nem do Pontão da Mortandade.

Todas as outras terras da Região ficariam à disposição do governo brasileiro, que primeiro instalou, no que seria hoje Campo Novo, os franceses Bindé e Rospide; Sendo que Rodolfo Rospide tinha o poder de polícia local, recebendo a patente militar de tenente, diretamente ligado ao Coronel Bicaco, ambos responsáveis pela segurança dos descendentes alemães das Colônias Velhas que deveriam passar sem riscos pela picada/faixa (estrada) que ia desde o atual Município de Coronel Bicaco, passando por Campo Novo, para chegar nos atuais Municípios de São Martinho, Sede Nova, Humaitá, Crissiumal e Três Passos.

Em Campo Novo foi reservada uma linha de terras em parte das margens do Lajeado Chumbrega. Essa Reserva livre de impostos pôde ser ocupada por indígenas que rejeitavam a ideia de viverem aldeados, e ali eles só poderiam construir a sua moradia. Esta parte pequena do Município de Campo Novo teve esse nome de Reserva até a década de 1980, quando recebeu o nome de Bairro Operário, com a legalização dos terrenos e implementação de uma rua calçada. O Tenente Rodolfo Rospide, abriu uma casa comercial na parte campestre, o campo que já estava aberto, próximo a esta linha da Reserva. Construiu sua casa e instalou sua família ali. Suas terras se expandiram até o limite da Reserva Indígena da Guarita: Braga e

Redentora. Aceitou indígenas e caboclos como seus agregados e conduziu, aos poucos, a instalação de diferentes descendentes de europeus em Campo Novo.

Nem tudo o que foi dito como fato histórico até aqui pode ser comprovado. Boa parte é fruto de pesquisa bibliográfica e pesquisa oral. Um aglomerado de relatos de diferentes entrevistados, fortemente embasado em conferências com o professor, guerrilheiro, advogado e historiador: Waldetar da Silva Dornelles.



Foto tirada com Waldetar Dornelles ao final da entrevista em 2015.



Fotos tiradas pela autora (Gilce Sampaio) no Chá de Ideias realizado no Pontão da Mortandade em 19 de maio de 2016. Escolas, cooperativas, movimentos sociais e sindicais se reuniram para apresentar pesquisas e projetos. Várias pesquisas e trabalhos comunitários foram apresentados naquela tarde, pelas diferentes instituições presentes. A atração principal foi a história da Mortandade acontecida no Pontão, contada por Waldetar Dorneles em 2015, e que todos queriam ouvir novamente ao vivo, *in loco*.

“O território é, ele mesmo, o museu.” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 2015, 42).

Conhecido por Waldetar Dornelles, ele inicialmente era um professor de primário, que adorava ler. Em 1963, coordenou o Grupo dos 11 da Região Celeiro do Rio Grande do Sul na Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola, diante da atmosfera política que ameaçava a democracia no Brasil. Como a maioria do seu grupo ele acabou sendo preso e torturado. A partir da redemocratização do Brasil (anos de 1980), ele começa a divulgar o que havia acontecido com o Grupo dos 11, cursa História e Direito e torna-se advogado de si mesmo e de outros sobreviventes da Ditadura Militar, sua história virou livro escrito por Teobaldo Blanco: *Memórias de um guerrilheiro*.

Sobre a história da região, o que está escrito até em livros didáticos de ensino fundamental são as chamadas “guerras justas” que eram uma espécie de alvará para matar à vontade indígenas. Apesar de ter sido revogada na Constituição de 1831, no Ato Adicional de 1834 foi determinado que as províncias criassem estabelecimentos para catequizar e civilizar os indígenas, e que nesta época as terras dos indígenas tornaram-se mais cobiçadas que a exploração de sua mão-de-obra. Nesse contexto, logo após, em 1850, foi criada a Lei de Terras para regulamentar as terras do território brasileiro, e como a população nativa nunca tinha ida até os cartórios para legalizar a sua posse, até porque a sua relação com a terra é muito maior que isso, todas as leis vieram a lhe prejudicar.

Em 1834, foram criados muitos Municípios pelo país, como é o caso de Cruz Alta. Após a grande mortandade acontecida na Ponta de Palmeira das Missões todo o espaço físico do estado do Rio Grande do Sul é rejeitado. O noroeste do estado começa a ser novamente dividido. Uma guerra que iria durar dez anos está prestes a começar e interromper qualquer processo: A Revolução Farroupilha iria estourar em 20 de setembro de 1835, e somente em 1845 chegaria ao seu final.

Ao escrever o passado através de memórias, estamos lidando com vivências cheias de significados, há uma textura ainda mais complexa com subjetividades e o peso da necessidade de afirmação do que “é verdade”. Cada lado de determinado evento histórico tem uma necessidade de afirmação da sua versão do que teria acontecido e de suas causas e efeitos. No contexto histórico do século XIX, enquanto uns eram convidados a vir para este território eram criadas barreiras para quem já estava aqui. As memórias dos grupos

étnico-raciais da Região Celeiro do Rio Grande do Sul, falam de separação, de despedida, de muito sofrimento, de distância e de guerra. Mas enquanto alguns puderam traçar seus caminhos outros não tiveram o direito de escolha. Por isso percebemos os imigrantes europeus e seus descendentes como convidados a estar aqui. O oposto aconteceu com os povos nativos, que primeiramente foram caçados ou reduzidos a adequar-se em uma Missão Jesuítica, expulsos e muitos mortos durante a Guerra Guaranítica. Os poucos que sobreviveram conseguiram viver poucas décadas de paz, período em que dois desses povos originários estabeleceram acordos de convivência no Pontão, o Povo Kaingang e o Povo Guarani, até 1834 quando recomeçou a sua diáspora.

Um novo território reservado para essa população só seria legalmente deles depois de aceitarem lutar à favor das tropas do Império do Brasil na Guerra do Paraguai, em 1865. Esse acordo foi assinado pelo Cacique Fongue e Duque de Caxias. Nele estava a garantia de terras que seriam reservadas como uma guarita segura e eterna para os indígenas kaingangs e guaranis. Esta foi a origem da Reserva Indígena da Guarita e o motivo pelo qual foi erguida uma estátua em homenagem a este cacique.

No entanto, eles deveriam deixar todo o restante da região livre para implementação de famílias de imigrantes, que receberiam estruturas para se estabelecer no que seria hoje, por exemplo, os Municípios de Humaitá, São Martinho, Sede Nova, Três Passos e Crissiumal, que começou a ocupar a região logo após a Guerra do Paraguai.

Para a população nativa a história é cíclica. O que torna ainda mais cruel a Mortandade do seu povo: Nasceram desta terra, a respeitaram, conviveram e cuidaram dela, morreram por ela, seu corpo e seu sangue a alimentou e voltaram para ela. Os sobreviventes foram *reservados* distantes o suficiente para ver outros fazerem o que quisessem com a sua mãe terra.

Há uma lista de esquecimentos históricos e de histórias que não estão escritas em lugar nenhum, mas que os povos originários da Região Celeiro contam. A história como ciência ocidental, sabemos, é incompleta.

Conforme Lilia Schwarcz (2005) argumenta, há muito do passado no presente e muito do presente no passado. E, as observações em campo na Região Celeiro evidenciam essa máxima. Ao estudar o seu passado vemos como surgiram as fendas que separam segmentos étnico-raciais; e, como o

mesmo evento em momentos diferentes ou até ao mesmo tempo possui significado e narrativas diferentes.

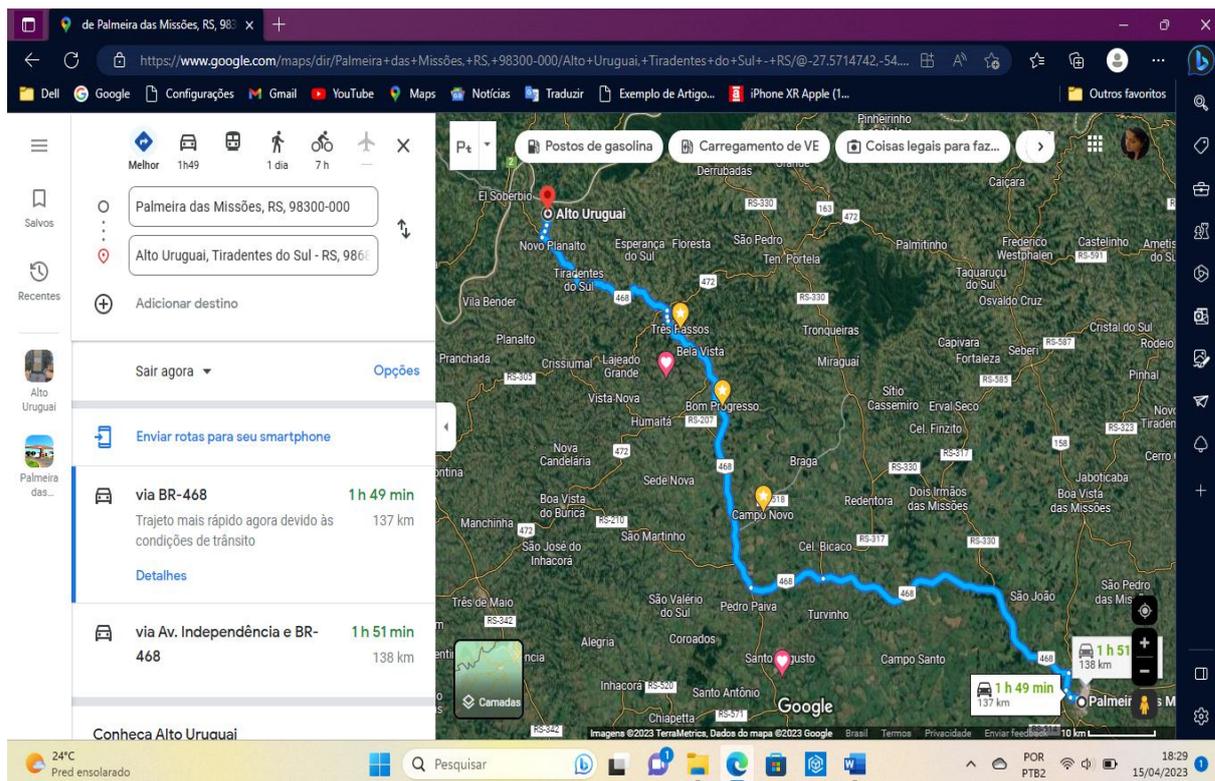
Assim como nossas memórias falam muito sobre nós e nossa história, aquilo que escolhemos esquecer ou nunca lembrar também revela quem somos. Quanto a lugares é a mesma coisa. Ainda mais quando parte de um grupo a preferência pelo esquecimento.

Em antropologia podemos falar em “lugares de memória” ou de eventos. Para entender melhor: fatos acontecem o tempo todo, somos inundados por eles. Evento é um fato culturalmente significativo, são aqueles fatos que ficam, que não possuem data de validade, como a Mortandade que aconteceu no Pontão. Este é um evento que nos impacta até hoje, tensiona a nossa compreensão de lugar e de história, porque as suas consequências mudaram destinos de grupos humanos.

É comum usar das nossas crenças e práticas culturais para resgatar memórias que as fortaleçam. Por exemplo, em um evento como o da Mortandade, se meus antepassados foram os mortos, para mim e para as minhas relações mais próximas, essa seria uma memória de injustiça, de sofrimento, de dor; já, se, os meus antepassados foram os causadores das mortes, essa seria uma memória carregada de sentimento de justificativas e explicações que tentam conduzir a algum motivo nobre.

Listar o que foi esquecido pode ajudar a entender os motivos do silenciamento. Não lembrar do Faxinal da Guarita. Por que será que só as pessoas mais velhas sabem disso? Que a estrada principal não era o mesmo caminho que é atualmente a asfaltada?

Essa é a principal via asfáltica de Palmeira das Missões até a fronteira com a Argentina atualmente:



Tela do Google Maps

Na parte mais escura do mapa podemos ver a Terra Indígena da Guarita. A linha em azul mostra a estrada asfaltada, que leva de Palmeira das Missões até a divisa com a Argentina, atravessando a Região Celeiro. Mas essa nem sempre foi a faixa principal de circulação de pessoas desse lugar. O asfalto foi construído no final dos anos de 1970, mudando a rota principal de transporte de pessoas e de mercadorias da região.

Não saber quem é o cacique representado na estátua do índio e, que ele viveu a maior parte da sua vida no território que é hoje o Município de Campo Novo. Sendo que a Estátua do Índio que representa o Cacique Fongue é um monumento declarado Patrimônio Histórico e Cultural de Tenente Portela pela Lei Municipal 1866/2011.



Estátua do Cacique Fongue

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/165753/tenenteportela-rs-indioesculturadesucatanapracatenentebins-fotoroqueoliveira/tenenteportela>

Não saber que tal mortandade contribuiu para o branqueamento da população local, pois serviu para definir literalmente o território onde a população nativa poderia viver e, lugares onde imigrantes europeus e seus descendentes iriam colonizar, que no meio disso estaria o Estado brasileiro organizando tudo inclusive com seu poder de coerção.

Nas relações de convivência do cotidiano das pessoas que vivem neste canto do Rio Grande do Sul e ao mesmo tempo no meio da Região do Prata na América do Sul, que atualmente é um canto, foi uma ponta, o Pontão, antes disso e durante um longo período, foi um centro. A escolha por esquecer-se disso, evidentemente possui interesses por trás. Existe um padrão que se repete nas escolhas dos esquecidos:

“Um ponto cego constantemente repetido e naturalizado nas grandes interpretações sobre o Brasil é quanto à participação do indígena. (...) a presença indígena na formação da nacionalidade é tratada de forma exotizante e repetitiva, como fruto exclusivo de acasos, incidentes menores e relatos pitorescos”. (OLIVEIRA, 2015, p. 12).

O domínio do vasto território guarani, como afirma Jorge Eremites de Oliveira (2016) se deu e se manteve atravessando séculos através de acordos e conflitos com outros povos nativos. Um território que abrangia o atual Paraguai, parte da Argentina e do Brasil, o que justifica o significado da palavra guarani: guerreiro. Suas conquistas não se deram apenas através de acordos, mas por ser temido por outros povos originários.

Não só a memória individual, mas também a memória coletiva carrega fortes elementos afetivos e emocionais, como Lilia Schwarcz e Heloisa Starling debatem no livro *Brasil: uma biografia*, quando falam que a memória pode trazer ao presente perguntas que a gente quer fazer ao passado: como a busca pela identidade de um país no momento de sua Independência em 1822, ou como nossa história é registrada pelas nossas memórias que ora devem ser esquecidas, ora reafirmadas, sendo fruto de uma escolha e por muitas vezes, de disputa.

O registro da memória desta diáspora indígena além de ser um ressoar de boa parte da comunidade regional tem a relevância que nos lembra Marcos Galindo:

“Não podemos ver o que o futuro nos reserva, mas está muito claro que a melhor forma de antever o futuro é visitar o passado, é prover o acesso em suas variadas formas. Neste aspecto a memória deixa de ser um insumo passivo e passa a ser entendida como elemento de desenvolvimento e construção social.” (GALINDO, 2015, 79).

Entre os princípios da memória, que este autor ressalta, estão: “Para os interesses da Ciência da Informação memória não é lembrança (biológica) nem histórica (rememoração); memória é registro [...] Somente a memória registrada é gerenciável.” (GALINDO, 2015, 80).

A Mortandade no Pontão é a curva na história que aconteceu aqui, no coração da atual Região Celeiro do Rio Grande do Sul.

“Não seria tanto o lugar (ou lugares) do esquecimento, mas os efeitos múltiplos que o esquecimento, a partir de um conjunto heterogêneo de narrativas e imagens, vêm a produzir. O esquecimento, longe de ser um

ato único e explícito, de uma evidente materialidade, é algo cujos efeitos se encontram dispersos em uma multiplicidade de narrativas, de lendas, de imagens”. (OLIVEIRA, 2016, p.77).

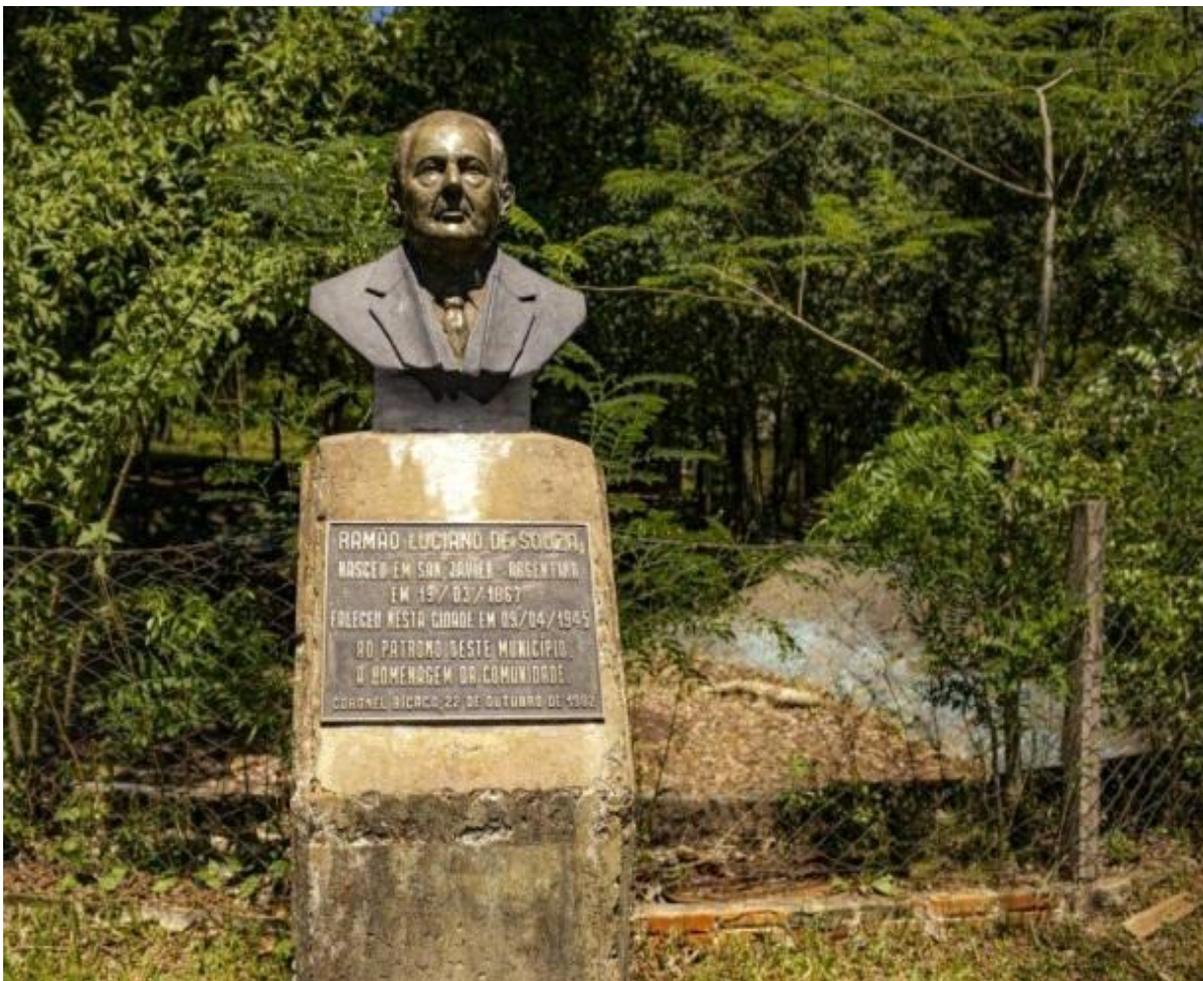
Pessoas se identificam mais com uma ou com outra memória. Grupos escolhem preservar ou esquecer suas histórias. E elas podem ser disputadas quando memórias diferentes recorrem ao mesmo evento, principalmente quando para um grupo tais acontecimentos geraram efeitos benéficos para uns e produziram consequências devastadoras a outros. “Se a memória tem interação indissociável com as identidades, não seria possível esperar homogeneidade, se são numerosos os grupos indenitários, o mesmo ocorre com as memórias”. (MARIANO, 2020, p.16)

A palavra dita e repetida ganha força e assim como a escolha de nomes, ou como as histórias que são passadas de geração para geração dos povos originários, ou no mundo ocidental as histórias que são escritas e muito compartilhadas, porque elas são carregadas de significados. Lúcia Ferreira (2016), nos faz compreender que a língua é um fundamental meio de comunicação entre nós humanos. A língua é a principal face material da memória, por nos introduzir no simbólico.

Como afirmei anteriormente, Pontão significa ponta, fim, canto, mas está aqui significando lugar. E isto está bem claro para os dois lados, tanto para quem queria continuar como para quem queria mudar o seu nome. Ambos queriam definir legalmente o significado daquele lugar, do Pontão. Lugar de alegria ou de extermínio? Porque mortandade, em castelhano quer dizer extermínio, algo maior que uma chacina, esta palavra foi criada para definir o que era difícil de ser explicado e muito incomum, uma quantidade anormal de pessoas mortas de uma só vez.

Será que saber disso causa algum impacto naquela população que está fora da Reserva Indígena da Guarita, e que acredita que sua criação foi unicamente para dar terras para os índios não fazerem nada ou arrendarem para produtores de grãos? Porque para os indígenas reservados aquela foi a única guarita que restou, já que no mais, tudo foi dado para o branco.

É esse tipo de esquecimento que faz com que não saibamos quem somos. Não saber da nossa história, ter nossas memórias familiares apagadas significa não ter com o que se identificar.



Busto do Coronel Bicaco
Foto da autora

Ambos são patrimônios culturais reconhecidos na Região Celeiro. Mas os seguimentos que se costumam se identificar com um não veem o outro como patrimônio. Da mesma forma, o Pontão da Mortandade não é um ponto de referência de relevância unanime.

Marshall Sahlins, em sua obra Ilhas de História nos diz que:

“[...] um evento não é apenas um acontecimento característico do fenômeno (...). Um evento transforma-se naquilo que me é dado como interpretação. (...) Um evento é a relação entre um acontecimento e a estrutura (ou as estruturas).” (SAHLINS, 1997, 14-15).

A Mortandade é um evento, certamente, e para parte da população já é um “lugar de memória”(Cf. Pierre Nora), é, portanto, esse lugar do simbólico coletivo onde essa memória coletiva pode se expressar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Lembro-me das longas visitas que fiz às aldeias durante as primeiras semanas, do sentimento de desespero após inúmeras tentativas obstinadas, mas inúteis para estabelecer contato real com os nativos e deles conseguir material para a minha pesquisa.” (MALINOWISKI, 1978, p. 19).

Tudo foi muito mais difícil do que poderia prever. Manter-se indiferente, ouvir sempre educada e placidamente os entrevistados, apesar de estar sendo ofendida ou sentindo vontade de aplaudir, eu tinha de manter minhas emoções enclausuradas. E é realmente impressionante o que as pessoas falam quando se sentem livres para isto e quando não sabem do nosso julgamento. Mas até falarem, até confiarem em você é preciso se dobrar ao maior dos maiores deuses: o tempo.

A abertura aconteceu com quem já confiava em mim ou em minha família ou naqueles em que eu fiquei por muito tempo ou que visitei por mais de uma vez.

Primeiramente, busquei descrever o lugar e o ambiente. Além de física e geograficamente, como é viver atualmente na Região Celeiro, já deixando nítido uma disputa de memória, que dividiu famílias e que, como procurei demonstrar, marca as relações sociais e perpassa as esferas de poder local. Ao mesmo tempo em que tentei explicar sua origem histórica em fronteiras e terra de faxinal. Uma complexidade difícil de compartilhar em sua plenitude, mas que evidencia a ressonância atual da comunidade, por expor acordos extraoficiais de convívio racial e social que, apesar de não estarem escritos em nenhum, lugar são cumpridos na Região Celeiro do Rio Grande do Sul.

Ao olhar mais atentamente para os sujeitos, ficou nítida a necessidade que a maioria tem de se identificar com um segmento étnico-racial, como isso é expressado nas mais variadas formas do cotidiano, incluindo o simples cumprimento social em sua língua de origem. Como acontece a segregação e como se relacionam, quais são as fronteiras etno-raciais existentes na Região Celeiro do Rio Grande do Sul na atualidade. Criando um quadro do comportamento social dos segmentos e de alguns indivíduos.

Afirmo ter apresentado uma população até então invisível à história e antropologia oficial devido à falta de registros sobre a Região Celeiro do Rio Grande do Sul. Há apenas pinceladas sobre nós ou nosso lugar em pesquisas ou livros cujo tema principal é outro. Sendo assim a população invisível para antropologia aqui inclui povos originários e imigrantes, assim como seus descendentes e aqueles que se miscigenaram. Para a história a versão do imigrante já foi registrada, faltava a versão decolonial, portanto aqui a população que me refiro como invisível foi a população nativa que fundou o Pontão, o Rincão Reúno, o Rincão Guarani e a Reserva da Guarita.

Por último, especialmente no terceiro capítulo, ao analisar os significados por traz dos silenciamentos e esquecimentos históricos, demonstrei como silenciar parte da história é confortável para alguns e cruel para tantos outros. Pudemos constatar como eventos são silenciados levando, conseqüentemente, a apagamentos históricos, não sem gerar custos de ordem emocional e cultural a quem ocupa lugares históricos de subalternização nesse jogo fronteiro de relações étnicas, marcado por processos de violências, lembranças, tentativas de esquecimento e formas de resistências.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Jakson de Alencar. **A Terra sem Males: Mito Guarani**. São Paulo: Paulus Editora, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANZALDÚA, Glória. **La Frontera**. Madri: Capitán Swing Libros, S. L., 1999.

BAGETTI, Vilmar. **Você já pensou em morar em uma comunidade: investigações sobre as lutas e a vida em Bom Progresso e Campo Novo**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2011.

BENATTE, Antonio Paulo. **História e antropologia no campo da Nova História**. Revista Online História em Reflexão: Vol. 1 n.1 – UFGD – Dourados. Jan/Jun 2007.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Toledo. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V-2 p. 9-42 jan/dez. 1994.

BINDÉ, Wilmar Campos. **Campo Novo: apontamentos para a sua história**. Santo Ângelo: Gráfica, 1983.

BRAUN, Felipe Kuhn. **História de São José do Hortêncio: a antiga Picada dos Portugueses**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

BOURDIEU, Pierre Félix. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

CASTRES, Hélène. **Terra Sem Males: O profetismo tupi-guarani**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

FERREIRA, Lúcia M. A. **Memória e esquecimento na língua**. Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016.

FUNARI, PEDRO PAULO. **As veias negras do Brasil: conexões com a África**. SÃO PAULO: EDUSC, 2012.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho coletivo. IN: AZEDO NETTO, C. (Ed.). **Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, (p. 65-96). 2015

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDMAN, Marcio. **Lévi-Strauss e os sentidos da História**. Revista de Antropologia, 42 (1-2), 223-228. <https://DOI.ORG/10.1590/s0034-77011999000100012>. 1999.

KRENAK, Ailton. **O eterno retorno do encontro**. IN: NOVAES, Adauto (Org), A outra margem do Ocidente, Minc-Funarte/ Companhia Das Letras, 1999.

KREUTZ, Roque Amadeu (Org). **Bom Jardim – Ivoti: no palco da história**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LIDÓRIO, Ronaldo A. **Conceituando a Antropologia**. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2, (p. 7-15). Dezembro de 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural: 1978.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade. PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: introdução**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, Agnes. **Memórias coletivas em disputa: o embate entre memórias e estratégias indenitárias em entrevistas jornalísticas [Debate]**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0301. jan/abr. 2020.

MELIÁ, Bartolomeu. AZEVEDO, Marta; BRAND, Antônio; HECK, Egon; PEREIRA, Levi Marques Pereira. **Guarani Retã 2008: Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. 28 P.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2016. 384 p.

OLIVEIRA. Jorge Eremites de. **Descolonização da Arqueologia, memória e patrimônio: contribuições da Etnoarqueologia para compreensão e preservação de cemitérios indígenas em Mato Grosso do Sul**. In:

Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares / Carlos Xavier de Azevedo Netto, organizador.- João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

OLIVEIRA, Laurinha Schmitt de. (Org.) **Coronel Bicaco**. Ijuí: UNIJUÍ, 1986.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1982.

PORTELA, Aristeu. **A QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: COLONIZAÇÃO, RACISMO E ANTIRRACISMO**. Instituto Humanitas – UFRN. Em: <https://www.youtube.com/watch?v=EYrTULDVQck>. Transmitido ao vivo em 29 de abr. de 2022.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine, 1755-1849. **Cartas a Miranda**. Organização, tradução e apresentação Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016 – (Coleção Artes e Ofício).

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. USP: São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloisa Murgel Starling. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Código de ética:

http://www.portal.abant.org.br/aba/files/65_00149467.pdf